

--- N.º 9/2022 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE SETE DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS.-----

--- Aos sete dias do mês de outubro de dois mil e vinte e dois, nesta cidade de Vila Nova de Famalicão, reuniu, ordinariamente, para continuação da sessão de trinta de setembro, no seu salão, a Assembleia Municipal deste concelho, com a seguinte:-----

### -----ORDEM DE TRABALHOS -----

---**SÉTIMO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA, E ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO INERENTE AO CONTRATO A CELEBRAR, NO DECURSO DO ANO LETIVO 2022/2023, ATÉ AO VALOR GLOBAL DE 187.475,43 EUR. (CENTO E OITENTA E SETE MIL, QUATROCENTOS E SETENTA E CINCO EUROS E QUARENTA E TRÊS CÊNTIMOS), ACRESCIDO DE IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA AL. B) DO N.º 1 DO ARTIGO 18.º, DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO. TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---**OITAVO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE REGULAMENTO DAS HORTAS URBANAS DE FAMALICÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---**NONO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA MINUTA DO ADITAMENTO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, CELEBRADO A 19.01.2021, ENTRE A CIM DO AVE E O MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, RESPEITANTE AO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS. TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---**DÉCIMO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL RODOVIÁRIO PARA O DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL DA RUA CENTRAL DE FERREIROS, DENOMINADO CM 1465, COM A ÁREA DE 699,00M2, DA FREGUESIA DE RIBEIRÃO E CELEBRAÇÃO DE

PROTOCOLO DE CEDÊNCIA E PERMUTA DE PARCELAS DE TERRENO, COM A CONTINENTAL MABOR, INDÚSTRIA DE PNEUS, S.A, NO ÂMBITO DA EXECUÇÃO DA NOVA VIA DE LIGAÇÃO DA EN14 À ÁREA EMPRESARIAL DE LOUSADO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

**---DÉCIMO PRIMEIRO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO DA REDE DE AUDITÓRIOS E ESPAÇOS CULTURAIS. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)----

**---DÉCIMO SEGUNDO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA E A ESTRATÉGIA DE REABILITAÇÃO URBANA DE RIBEIRÃO / LOUSADO, AO ABRIGO DO N.º 1 DO ARTIGO 13.º E DO N.º 1 DO ARTIGO 17.º DO DECRETO-LEI N.º 307/2009, DE 23 DE OUTUBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

**---DÉCIMO TERCEIRO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARROLAMENTO E INVENTARIAÇÃO DA RELAÇÃO DE CEDÊNCIAS PARA O DOMÍNIO DO MUNICÍPIO, PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA CCC) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

**---DÉCIMO QUARTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PROJETO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA M) DO N.º 1 DO Art.º 25 °, DO CITADO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

**---DÉCIMO QUINTO** - DISCUSSÃO E TOMADA DE POSIÇÃO DA AUDITORIA A CONTRATOS CELEBRADOS PELA ADMINISTRAÇÃO LOCAL NO ÂMBITO DO REGIME DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA EXCECIONAL (COVID-19). TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

--- A Mesa, presidida por João Nuno Lacerda Teixeira de Melo e secretariada por Luís Ângelo Rodrigues Oliveira e Susana Patrícia Silva Ferreira, verificou a existência de "quorum" e assinalou as seguintes presenças e faltas: -----

---ADELINO SILVA COSTA-----  
---ÁLVARO MARTINS AZEVEDO -----  
---ANA ISABEL MACEDO FALCÃO FERNANDES -----  
---ANA ISABEL MENDANHA CARVALHO-----  
---ANTÓNIO EMÍDIO BRANDÃO DE PINHO--- FALTOU JUSTIFICOU -----  
---ANTÓNIO FERNANDO SANGUEDO MEIRELES -----  
---ANTÓNIO FRANCISCO COSTA OLIVEIRA -----  
---ANTÓNIO JOSÉ BRAGA OLIVEIRA-----  
---ANTÓNIO JOSÉ DINIS PEREIRA-----  
---ANTÓNIO MANUEL CARVALHO GOMES -----  
---ARMINDO FERNANDES GOMES-----  
---ARMINDO MANUEL SAMPAIO MOURÃO-----  
---AVELINO FREITAS SILVA -----  
---BEATRIZ SILVA ABREU DE SOUSA -----  
---BERNARDINO GOMES MARTINS-----  
---BRUNO JOAQUIM TORRES PINHEIRO CUNHA-----  
---CAMILO DE LELLIS SERRANO GARCIA DE ARAÚJO -----  
---CARLOS ALBERTO COSTA FERNANDES -----  
---CARLOS ALBERTO COSTA GOMES-----  
---CARMEM RODRIGUES ARAÚJO-----  
---CECÍLIA MARIA CARVALHO MARTINS-----  
---CLÁUDIA ISABEL NOGUEIRA ARAÚJO -----  
---DUARTE ANTENOR SILVA VEIGA -----  
---ELSA CRISTINA SALGADO LOPES -----  
---FERNANDO JORGE FERREIRA SILVA-----  
---FIRMINO VILA VERDE COSTA---FALTOU-JUSTIFICOU -----  
---FRANCISCO JOSÉ NOGUEIRA GONÇALVES -----  
---FRANCISCO RODRIGUES SÁ-----  
---GERMANO ANTÓNIO SILVA ARAÚJO -----  
---JOÃO NUNO LACERDA TEIXEIRA DE MELO -----

---JOÃO PEDRO RODRIGUES FONSECA CASTRO -----  
---JORGE JOAQUIM DOMINGUES COSTA-----  
---JORGE PAULO SILVA OLIVEIRA-----  
---JOSÉ CARLOS SILVA LIMA-----  
---JOSÉ JOAQUIM OLIVEIRA MACHADO-----  
---JOSÉ JOAQUIM SOUSA GONÇALVES PEREIRA -----  
---JUDITE CELESTE RIBEIRO COSTA-----  
---LAURINDA DA COSTA MACIEL -----  
---LEONEL AGOSTINHO AZEVEDO ROCHA---FALTOU-JUSTIFICOU-----  
---LILIANA MARIA MARQUES RIBEIRO -----  
---LÚCIA ALEXANDRA ABREU DA SILVA-----  
---LUÍS ÂNGELO RODRIGUES OLIVEIRA-----  
---LUÍS ANTÓNIO FERREIRA MIRANDA DA SILVA -----  
---MANUEL ANTÓNIO MOREIRA DA SILVA-----  
---MANUEL FRANCISCO CARVALHO OLIVEIRA -----  
---MANUEL JOÃO FERNANDES NASCIMENTO-----  
---MANUEL JOAQUIM FARIA SILVA-----  
---MANUEL LIMA SOARES-----  
---MANUEL NOVAIS OLIVEIRA -----  
---MANUEL SILVA ALVES -----  
---MARIA ANGELINA GASPAR SIMÕES -----  
---MARIA ESTELA SÁ VELOSO CARDONA -----  
---MARIA ISABEL DA CUNHA FREITAS SILVA-----  
---MÓNICA ANDREIA MOREIRA AZEVEDO FARIA -----  
---PAULA CRISTINA MONTEIRO DA SILVA MARTINS-----  
---PAULA MARIA RODRIGUES COSTA AZEVEDO-----  
---PAULO CÉSAR GONÇALVES MARINHO PINTO-----  
---PAULO JORGE BARBOSA OLIVEIRA -----  
---PEDRO JORGE SOUSA SANTOS-----  
---PEDRO TIAGO DA SILVA OLIVEIRA-----

---RICARDO GABRIEL MENDES VALE-----

---RICARDO JOSÉ MESQUITA CARVALHO COSTA-----

---RICARDO MIGUEL REGO MESQUITA-----

---RUI MANUEL MATOS CARVALHO-----

---RUI MIGUEL PEREIRA DOS SANTOS-----

---RUI PEDRO PACHECO ALVES-----

---SUSANA PATRÍCIA SILVA FERREIRA-----

---TÂNIA DANIELA CARVALHO SILVA-----

---TOMÁS MANUEL CUNHA E SOUSA-----

--- Verificado o quórum deu-se início à sessão com o período de:-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Informou que o Executivo Municipal solicitou que as propostas do quinto ponto e sexto ponto fossem retiradas da Ordem de Trabalhos, razão pela qual, vamos recomeçar pelo Sétimo Ponto.-----

---**SÉTIMO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE DO SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA, E ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO INERENTE AO CONTRATO A CELEBRAR, NO DECURSO DO ANO LETIVO 2022/2023, ATÉ AO VALOR GLOBAL DE 187.475,43 EUR. (CENTO E OITENTA E SETE MIL, QUATROCENTOS E SETENTA E CINCO EUROS E QUARENTA E TRÊS CÊNTIMOS), ACRESCIDO DE IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA AL. B) DO N.º 1 DO ARTIGO 18.º, DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Só para dizer que este é um apoio de enorme alcance social, como é fácil deduzir-se, famílias que muitas precisam de nós e nós dizemos presente.-----

---**JORGE COSTA (PS)** – Como dizia o senhor Camões: - “erros meus, má fortuna, amor ardente”, não vou continuar com o soneto, mas queria lembrar o senhor Presidente desta ilustre Câmara de um artigo do Observador, de uma escritora chamada Lucy Pepa (com este

pseudónimo) que diz mais ou menos o seguinte; - “pergunto-me se as diferenças de tratamento não é um sinal de divisão de classes e de snobismo aqui de Portugal”. É muito simpático argumentar que se está a mostrar respeito tratando qualquer pessoa por Senhor ou Senhora, mas depois perceber que raramente se ouve esse respeito no resto das palavras e no tom. Diz esta Autora: - “tenho sorte, posso jogar a minha carta de estrangeira estúpida porque não tenho pachorra para decidir que forma de tratamento usar, e nessas ocasiões trato toda a gente por tu, mas vocês portugueses não têm essa carta para jogar, e pergunto-me, porque é que continuam a insistir a complicar as vossas vidas”. Como viu, eu comecei com este início do soneto do senhor Camões, podia ter sido do senhor Fernando Pessoa, eles não são vivos, mas quando vocalizo as pessoas trato-as como deve ser, quando me refiro a elas não precisam nem merecem este snobismo de senhor. Quando eu me dirigir ao senhor Doutor Professor Presidente da Câmara, terei o cuidado de o evocar com este cuidado, quando me referir a Mário Passos é Mário Passos e acabou, o Senhor está no Céu. -----

- Bom, feito este introito, eu queria só lembrar o seguinte, o senhor Presidente da Câmara igual ao Camões, o senhor Presidente da Câmara veio dizer nós estamos presentes, pois ele acaba de replicar e disse nestas questões nós a Câmara dizemos presente, pois caríssimos, *La Palisse* não diria melhor! Porque o que o senhor Presidente da Câmara disse está na Lei 75/2013 de 12 de setembro, Regime Jurídico das autarquias Locais artigo 23º que diz: - “em que são atribuições dos Municípios alínea c nº2 transportes, a mesma coisa se replica no artigo 33º e, portanto, se a Câmara esteve, não cumpriu mais o que era sua própria e específica atribuição legal. É evidente que o PS não diz só mal e o que está bem feito, bem feito está, neste sentido, seguindo a orientação de voto que tivemos na Câmara, vamos votar a favor. -----

**---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Eu só peço que o senhor Deputado, Paulo Pinto, anote a propósito da estrita declaração em conformidade com a Ordem de Trabalhos, mais que não seja neste ponto. Senhor Deputado, eu estou a usar da palavra, e depois o senhor Deputado se quiser pode referir-se ao que muito bem entender. Só para recordar, na primeira sessão porque esta é a continuação, a Mesa foi interpelada porque se estavam a desviar do tema, e para o senhor Deputado tentar perceber que a tolerância da Mesa é grande, sendo a propósito do soneto ou início dele, mal declamado, mas ainda assim

a inspiração não cabe a todos, eu prefiro a esse propósito recordar outro Poeta chamava-se Jaime Gama, seu camarada de partido e teve uma intervenção muito interessante na Assembleia da República, por quatro vezes retirando a palavra a um Membro do Governo, porque não estava o Membro do Governo a perceber que no trato o significado é muito maior do que o de uma Britânica que possa querer dar lições no País dela, não aqui, porque nós somos como somos, somos Latinos, e há mínimos formalismos que aqui serão exigidos, somos todos iguais é verdade, uns mais snobes outros mais parolos, mas isso é da vida. Importante mesmo é que tenhamos todos respeito uns pelos outros. Senhor Deputado Paulo Pinto, tem a palavra.-----

**---PAULO PINTO (PS)** – Senhor Presidente da Mesa, eu protestei na altura, a nota introdutória que o meu camarada de bancada fez, foi semelhante à que o Dr. Jorge Paulo Oliveira fez na última sessão, fez uma nota introdutória e no final fez uma pergunta ao senhor Presidente da Câmara. O meu protesto na altura foi contra duas intervenções que houve aqui, só fizeram nota introdutória e não fizeram nenhuma pergunta, portanto há alguma diferença. Eu sei que a Mesa e Vossa Excelência tem essa amplitude de discernimento para permitir questões abrangentes e introdutórias, mas convém depois ir ao efeito, nesse caso o Dr. Jorge Paulo Oliveira e o meu camarada chegaram ao concreto, ao objeto, mas houve duas intervenções na altura em que eu lhe demonstrei e nas atas vão dizer em que não há nenhuma pergunta. -----

**---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Senhor Deputado, eu referia-me a uma outra em que houve pergunta, mas o tema não tinha que ver exatamente com o que constava da Ordem de Trabalhos. Dito isto, dou a palavra ao senhor Deputado, João Castro.

**---JOÃO CASTRO (CHEGA)** – Uma vez que os pontos cinco e seis foram suprimidos e nós estávamos preparados para eles. O senhor Deputado Jorge Costa deu-nos a achega e eu gostava de aproveitar esta ocasião para dizer a que propósito é que o Partido Socialista constantemente vocifera na Assembleia Municipal e nas reuniões de Câmara vota de forma amiúde favoravelmente ou contra. E nós tivemos o trabalho de ir ao dicionário saber o que diz a “abstenção” porque na maior parte das vezes também se abstenham e a “abstenção diz o seguinte: - “recusa voluntária, privação, renúncia, falta de conhecimento ou pura e simplesmente laxismo”. É quase um ateísmo político que não se entende, porquanto, nas

reuniões de Câmara, de forma amiúde como disse, votam favoravelmente ou se abstenhem-se e depois vêm aqui para a Assembleia protestar contra tudo e contra todos com um discurso corrosivo. Depois chegamos aqui a um pingue-pongue entre PS e PSD, e quem nos ouve lá fora e está aqui presente não lucra nada com isso. Já perguntamos várias vezes e não obtivemos resposta, o que é que o PS faria diferente deste Executivo Camarário? Será porque existe a nível concelhio um PS (a) e um PS (b) ou talvez um PS (c), é caso para dizer, organizem-se. Já sabemos que o Socialismo é estruturalmente incompetente e já que falamos de poetas e filósofos, Armando Ribas diz: - “o socialismo é forjado pela inveja, é administrado pela hipocrisia, gera preguiça e destrói riqueza”. Em cima de tudo isto neste momento, estão a cometer o crime de açambarcamento ideológico quando dizem que os Sociais Democratas são os Socialistas, nem pensar senhores Deputados. -----

**---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Não obstante a Mesa ter este entendimento amplo introdutório relativamente aos pontos que constam da agenda, ainda assim, apelaria aos senhores Deputados que a tivessem em conta e, portanto, nós estamos hoje a ter uma bela sessão de poesia, mas conviria falar deste Ponto 7º da Ordem de Trabalhos que tem que ver com esta assunção de encargos e sendo assim, com grande esperança de que encaminharemos no sentido certo. -----

**---JORGE COSTA (PS)** – O senhor Deputado do CHEGA anda confuso, há o PS (a + b) e não há o PS (a e b), não confunda as estações. E a abstenção que fala o tal filósofo, não sei quem era a figura ilustre, Argentino pronto, deve ser do CHEGA ou parecido. A abstenção significa da parte do PS, que o PS não obstaculiza nunca, que esta Câmara que tem a maioria assuma a responsabilidade das decisões que toma perante os famalicenses. Que não venha com o alibi de dizer que é o PS que evita as decisões, o PS facilita as decisões, mas não embarca nelas e nem passa cheques em branco e, portanto, é esse sempre o significado único da abstenção, neste caso votamos a favor. -----

**---PEDRO SANTOS (PSD)** – A Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, tem estado muito atenta às pessoas com deficiência que estejam numa situação de carência e desigualdade socioeconómica de dependência ou de vulnerabilidade social. Em conjunto com as instituições sociais do terceiro setor, pretendem responder às necessidades de pessoas com deficiência, promovendo a valorização pessoal, o desenvolvimento da

autoestima, da autonomia e sua integração social, garante o apoio necessário para respostas sociais, dado que as entidades da Administração Central do Estado no domínio da Segurança Social e da Saúde não financiam o referido transporte. São apoios que este Executivo financia por sua inteira e exclusiva iniciativa, proporcionando transporte adaptado de táxis ou mesmo ambulâncias, são, pois, apoios que criam uma verdadeira integração de cultura na sociedade e promovem a dignidade e os direitos fundamentais da pessoa com deficiência. ---

**--- POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE DO SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA, E ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO INERENTE AO CONTRATO A CELEBRAR, NO DECURSO DO ANO LETIVO 2022/2023, ATÉ AO VALOR GLOBAL DE 187.475,43 EUR. (CENTO E OITENTA E SETE MIL, QUATROCENTOS E SETENTA E CINCO EUROS E QUARENTA E TRÊS CÊNTIMOS), ACRESCIDO DE IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA AL. B) DO N.º 1 DO ARTIGO 18.º, DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE.-----**

**---OITAVO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE REGULAMENTO DAS HORTAS URBANAS DE FAMALICÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----**

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL –** Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

**---LUÍS MIRANDA (PS) –** O ponto que aqui nos traz é uma questão simples, uma questão breve, mas que merece o reparo do Partido Socialista. Perante este documento há determinadas dúvidas que nos surgiram, e entendemos por bem, colocar ao Senhor Presidente de Câmara. Começava pelos considerandos iniciais, que aqui é referido de uma forma muito sumária, que houve uma entidade neste caso um partido político, o PAN, que não tem assento nesta Assembleia, mas que não deixa de ser uma entidade que possa contribuir para a sociedade, fez uma proposta concreta ao Município, ok, do ponto de vista formal e extemporânea, mas acho que do ponto de vista do conteúdo e da sua substância

podia-se aqui discutir se este argumento é válido ou não. E a pergunta que eu coloco ao senhor Presidente é que contributo é que foi dado, e se o mesmo merece ou não a discussão nesta Assembleia? -----

---A segunda questão que eu tinha relativamente ao documento, mais do ponto de vista técnico, no artigo 16º em que daqui se extrai, que aconteça o que acontecer, apesar de todos os deveres e obrigações que têm os senhores hortelãos na utilização das hortas comunitárias, a Câmara Municipal não assume nenhuma responsabilidade, escusa-se totalmente da satisfação ou da reparação de prejuízos por eventuais danos sofridos independentemente das causas, furto, roubo, ato de vandalismo, intempérie, etc. A questão que aqui se coloca senhor Presidente, é se não há fundos, por exemplo, no nosso Município para contratualizar um seguro no caso que aconteça alguma coisa, alguém se magoe numa das ferramentas comunitárias? Não seria aqui também um escusar de responsabilidade do Município caso aconteça alguma coisa? E depois porque não colocar neste documento o acompanhamento de um técnico do Município, enquanto entidade gestora, e que se possa colocar à disposição de todos os hortelãos que coloquem dúvidas, questões relativamente ao cultivo das suas culturas, porque não uma das inúmeras pessoas avançadas que o nosso Município tem, se não há disponibilidade do nosso Município prestar esse serviço e acompanhar os hortelãos?-

---**JORGE OLIVEIRA (PSD)** – Antes de mais, dar conta que de facto, a democracia tem regras e entre essas regras são as regras de cortesia e de boa educação, elas existem e têm um propósito muito claro, é conferir desde logo dignidade ao órgão seja ele qual for, uma Assembleia de Freguesia, seja uma Assembleia Municipal ou uma Assembleia da República, e também por certa forma estabelecer, ou permitir, ou potenciar que o debate se faça com elevação. A partir do momento em que nós nos possamos dirigir a outras pessoas de uma forma informal, de facto, no calor da discussão por vezes isso pode resvalar para o tal debate que todos queremos que seja com elevação e acaba por não acontecer. Portanto, essas regras de cortesia, essas formas como nos dirigimos, a obrigatoriedade de determinados pressupostos tem essa dupla virtude, aferir e potenciar a dignidade do órgão e de facto, permitir que o debate ocorra sempre com elevação. -----

- A discussão deste Regulamento das Hortas Municipais, ou relativamente a este Regulamento, eu gostaria de começar por dizer que ainda bem que estamos a discutir este

Regulamento, porque se estivéssemos dependentes de algumas forças políticas a começar no partido Socialista, nós não estaríamos a discutir este Regulamento. De facto, se dependesse do partido Socialista, ou não tínhamos Hortas Municipais como aquelas que temos localizadas na União de Freguesias de Vila Nova de Famalicão e Calendário, ou então teríamos as Hortas na Devesa, mas não teríamos a ampliação do projeto do CITEVE e do CENTI. Ainda bem que assim foi, vale a pena recordar, estas Hortas tiveram um debate tão alargado e tão intenso antes da campanha eleitoral, era bom agora verificar que afinal a opção foi boa, nunca ninguém o disse, nós já o tínhamos dito no passado e reafirmamos no presente, esta foi uma boa opção. E foi uma boa opção, porque permitiu-nos, de facto, materializar e concretizar projetos importantes para o CITEVE e para o CENTI, importantes para estas instituições e também importantes para Vila Nova de Famalicão, para o Distrito, para a nossa Região e para o nosso País, e ao mesmo tempo manter uma estrutura ambiental que ela é importante. E não era fácil encontrar na área consolidada no perímetro urbano um espaço como aquele que nós encontramos e, portanto, a solução foi boa, hoje temos lá mais de cem talhões, todos ocupados, listas de espera, e a funcionar na sua plenitude. Que depois não deixa de ser interessante que o partido Socialista, que nenhuma sugestão fez, agora veja-se na contingência de ter que vir aqui perguntar ao Senhor Presidente da Câmara sobre a proposta dos outros, eu pensei que tinham ideias próprias. Eu não me queria substituir ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, eu conheço, mas não conheço todas, aquelas que vieram reproduzidas na comunicação social local dessa força política, como diz com toda a legitimidade obviamente, mas devo dizer que a maioria delas são questões, ou são sugestões, ou são recomendações que foram feitas no âmbito da discussão pública, naquele caso concreto já fora da discussão pública, mas que são de natureza infraestrutural e não de natureza procedimental, são sobretudo sugestões de natureza infraestrutural e não de natureza procedimental, com a exceção de uma daquelas como digo são públicas, que é a obrigatoriedade, ou neste caso concreto, a circunstância do Regulamento proibir a entrada de animais de companhia com a exceção dos cães guia, que de acordo com essa força política não faz sentido porque é contraditória com a criação de animais de pecuária no próprio recinto. É exatamente por haver a possibilidade de criação de animais de pecuária naquele recinto que se evite a entrada de animais de companhia, nomeadamente, os cães. -----

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Só para referir que estas Hortas Urbanas, obviamente têm técnicos do Município a acompanhar, não só em diversas formações específicas para que a eficiência das Hortas seja cada vez mais materializada, mas também sob o ponto de vista do acompanhamento propriamente dito, ou seja, todos os dias temos lá técnicos municipais.-----

**---LUÍS MIRANDA (PS)** – De facto, começava por parabenizar o Deputado, Dr. Jorge Paulo Oliveira, pelo belo conhecimento que tem deste dossiê, pelo menos tem mais conhecimento do que o próprio Presidente de Câmara, que me transmitiu a mim mais informações e respostas às questões que eu coloquei ao próprio Presidente da Câmara, o que de facto diz muito daquilo que é a participação democrática do nosso município e aquilo que é o acolhimento das ideias que vêm de fora desta casa para dentro desta casa. Mas eu, Senhor Presidente se me permite, e questionando diretamente a si e esperando da sua pessoa uma resposta. Eu continuo sem perceber qual foi o entendimento do Município, do Presidente da Câmara de Vila Nova de Famalicão e não dos senhores Deputados do PSD, sobre aquilo que foi a proposta apresentada. Porque de facto, se nós queremos potenciar a intervenção cívica e a participação ativa dos cidadãos, independentemente de estarem ou não de estarem incluídos num partido político, nós queremos saber por que é que o Município decidiu não acolher as propostas e em particular, quais são essas propostas. Gostava também de questionar novamente o Senhor Presidente da Câmara, quanto à questão da responsabilidade do Município no caso do acontecimento de alguma vicissitude, ou de algum acidente, se está ou não preparado para dar uma resposta nesse sentido.-----

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Obviamente que era escusado dizer isto todas as vezes, mas cá estou se for preciso para dizer as vezes que forem necessárias. Todas as propostas que cheguem à Câmara Municipal, sejam de que área for, sejam de que partido for, de que cidadão for, são sempre avaliadas, analisadas e ponderadas, e depois disto são atendidas ou não são atendidas, foi o caso aqui no que diz respeito a esta proposta. No que respeita aos seguros, os seguros é uma questão jurídica que não sendo colaboradores do Município, pelos vistos, é difícil sob o ponto de vista formal atender a essa situação. -----

**---LUÍS MIRANDA (PS)** – De facto, ficou bem patente a resposta do Senhor Presidente da Câmara daquilo que é a participação cívica e democrática nos corredores desta casa e nesta

Assembleia. Gostava de aqui discutir democraticamente aquilo que são as intervenções dos nossos cidadãos, mas como vínhamos dizendo há muito tempo e o PS vinha alertando, esta Assembleia tem-se vindo progressivamente a demitir daquilo que é a função do escrutínio e do debate político em torno das opções deste Município. Mas não contam nesse ponto com o contributo do Partido Socialista, porque estamos cá para discutir política e contribuições cívicas, independentemente de quem quer que venha, do ponto de vista formal e material, tudo o que é um contributo merece o nosso debate. Quanto à questão dos seguros, senhor Presidente da Câmara, até porque se um dia acontecer alguma coisa e o senhor não trocar as suas posições, como fez, por exemplo, na última publicação do Facebook da sua página pessoal, que nada de errado ocorra e que do ponto de vista da segurança dos hortelãos possam fazer o melhor aproveitamento dos mesmos talhões. -----

**---ARMINDO GOMES (CDS)** – Senhor Deputado, Dr. Luís Miranda, a minha Avozinha tem um quintal, uma horta em casa e a Câmara Municipal não vai dar seguro à minha Avozinha por ela ter uma horta. Só essa faltava a Câmara Municipal fazer um seguro para quem está a cultivar uma hortinha para ela própria, a horta é privada dessa senhora que a está a explorar. -----

**---JORGE OLIVEIRA (PSD)** – A Câmara Municipal, tal como o Senhor Presidente da Câmara teve o cuidado de referir, todas as propostas, todas as sugestões, todas as recomendações que chegaram ao seu conhecimento, quer seja dentro do período de auscultação pública, quer seja fora dele, foram objeto de avaliação, o Senhor Presidente da Câmara acabou de o afirmar, ou de o reafirmar porque é a segunda vez que o diz, e se elas não acolheram por alguma razão há de ser. Eu dei-lhe aqui a minha explicação do meu ponto de vista, não foram acolhidas, e do meu ponto de vista não foram bem acolhidas. Não quer dizer que as recomendações ou sugestões não sejam válidas, mas o que nós estamos aqui a falar é de um Regulamento, sendo que as principais, ou aquelas pelo menos que eu tomei conhecimento através da comunicação social, são de natureza infraestrutural, eu vou-lhe citar aqui alguns exemplos defendidos. Primeira sugestão, era a necessidade que naquela infraestrutura a captação de águas pluviais fosse feita através da superfície dos seus telhados e em toda a área abrangente das hortas, isto é uma sugestão infraestrutural. Não estou a contestar a sugestão, mas é infraestrutural, não tem nada a haver com o procedimento, com o

funcionamento daquele equipamento. Uma segunda sugestão, que haja uma autonomização das casas de apoio presentes no espaço das hortas através da instalação de painéis solares no telhado, cá está, é uma sugestão infraestrutural. Atribuição de combustores para que os hortelãos possam colocar os seus resíduos orgânicos, evitando assim a deposição em aterro, é uma sugestão interessante, mas é uma sugestão de natureza infraestrutural. E também sugerem, que se proceda a utilização de materiais e métodos alternativos ao plástico que nos une, é novamente uma sugestão interessante, mas é uma sugestão de natureza infraestrutural, não procedimental e não funcional. -----

---**LUÍS MIRANDA (PS)** – Começava primeiramente por felicitar o Senhor Armindo Gomes, com essa idade e ainda ter uma Avó viva, é de louvar. Relativamente à discussão da questão, lamento que, pelo menos a maioria não tenha percebido, que há uma diferença entre o quintal da Avó do senhor Deputado Armindo Gomes e aquilo que é uma horta comunitária do nosso Município, que tem um regulamento próprio, com intervenção pública do nosso Município e com todas as vicissitudes que lhe são adjacentes. De facto, a discussão nesta casa, não se esperava pelo menos da parte da maioria que fosse tão profunda como aquela que vocês hoje aqui trouxeram, mas o Partido Socialista fez a sua parte, deixou o seu aviso, deixou o seu contributo político, os famalicenses que nos estão a ouvir, aqui e em casa, ouviram aquilo que foi a proposta do Partido Socialista, ou a tentativa de construção política do Partido Socialista, os avisos estão dados e agradecendo a nossa auscultação, como infelizmente não fizeram a quem quis no caso concreto contribuir. E terminando, dizendo que a Avó do senhor Deputado Armindo Gomes se quiser também poderá ter um talhão nas hortas comunitárias, tem é de ter cuidado para que algo não aconteça. -----

---**RICARDO COSTA (CDS)** – Eu aqui sentadinho na primeira fila da mesa, e Graças a Deus ouço bem, e com isto coloco uma questão ao Senhor Presidente de Câmara, porque aqui nesta Assembleia nós não vimos nada. Propostas que o Partido Socialista tenha apresentado a propósito deste Regulamento? Aqui não foi deste púlpito, eu não ouvi e estava na fila da frente. Se apresentou no período de consulta prévia, pergunto ao Senhor Presidente de Câmara, se o Partido Socialista apresentou alguma proposta e já agora se apresentou qual o teor da mesma?-----

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Relativamente a esta última intervenção, o Partido Socialista não apresentou nenhuma proposta. Relativamente ao seguro, o nosso departamento jurídico é muito competente e, portanto, o que vocês estão aqui a dizer é que não o é, que o Departamento Jurídico da Câmara não é competente. Ou são vocês competentes ou o Departamento Jurídico da Câmara, ou vice-versa, mas uma das coisas é. Outra informação que eu queria dar, se porventura houver necessidade, nós temos terreno para ampliar as Hortas Urbanas de Famalicão.-----

**---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE REGULAMENTO DAS HORTAS URBANAS DE FAMALICÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO CDS, DO CHEGA, DOS PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES E AS ABSTENÇÕES DO PS E DA CDU.**-----

**---NONO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA MINUTA DO ADITAMENTO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, CELEBRADO A 19.01.2021, ENTRE A CIM DO AVE E O MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, RESPEITANTE AO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)**-----

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

**--- POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA MINUTA DO ADITAMENTO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, CELEBRADO A 19.01.2021, ENTRE A CIM DO AVE E O MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, RESPEITANTE AO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO PS, DO CDS, DO CHEGA, DOS PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES E A ABSTENÇÃO DA CDU.**-----

**---DÉCIMO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL RODOVIÁRIO PARA O DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL DA RUA CENTRAL DE FERREIROS, DENOMINADO CM 1465, COM A ÁREA DE 699,00M2, DA FREGUESIA DE RIBEIRÃO E CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE CEDÊNCIA E PERMUTA DE PARCELAS DE TERRENO, COM A CONTINENTAL MABOR, INDÚSTRIA DE PNEUS, S.A, NO ÂMBITO DA EXECUÇÃO DA NOVA VIA DE LIGAÇÃO DA EN14 À ÁREA EMPRESARIAL DE LOUSADO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Só para dizer que a proposta é muito clara, por isso prescindo. -----

**---JORGE COSTA (PS)** – O problema do snobismo desta maioria é grave. Pensem os famalicenses aqui presentes e os de lá de casa, se quando falam do Governo, do Marcelo Rebelo de Sousa, dizem, o senhor António Costa, o senhor Marcelo Rebelo de Sousa, e este snobismo não se nota.... -----

**---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Senhor Deputado, com toda a tolerância, o Senhor não vai insistir mais neste ponto, peço desculpa, senão vou-lhe retirar a palavra. O Senhor Deputado fala do que quiser, mas poesia já chega. -----

**---JORGE COSTA (PS)** – E o snobismo vai ao ponto do PS não conseguir perceber desde logo, o ponto cinco desta proposta, que diz o seguinte: - “a assembleia solicitar à Freguesia de Lousado, atentos os compromissos assumidos pelas partes no citado protocolo de cedência e permuta de parcelas, a desafetação do domínio público para o domínio privado da freguesia do caminho vicinal da Rua de Montoito com a área de seis mil quatrocentos e oitenta e sete metros quadrados, imperiosa para a concretização do protocolo da citada via”. Caríssimos, a Junta de Lousado é soberana, e não precisa nem pode padecer de nenhuma deliberação desta casa. O PS não percebe o que é isto, o que é que é, a Assembleia Municipal a pedir-nos a nós que votemos na Assembleia e mandarmos na Junta de Freguesia de Lousado, é o ponto cinco da proposta. Caríssimos, diz o Código do Procedimento Administrativo Art.º 161, - “são nulos os atos viciados de usurpação de poder”. Quando esta Assembleia se propõe dar palpites para a desafetação do caminho vicinal da Rua de Montoito em Lousado, está a usurpar poderes da Assembleia de Freguesia de Lousado. E,

portanto, como é óbvio, se mais não fosse, só por causa disto, nós não entramos nisto e o PS tem muito respeito pelos Lousadenses, e também pela Freguesia de Lousado, e também pela Junta de Lousado. Nós não entramos nisto, claro que nos temos de abster, nunca aprovaríamos uma coisa destas, isto é para condicionar os Lousadenses, e os Lousadenses têm de ser livres de acordo com a lei que diz: - “cá em Lousado, para lá do Marão mandam os que cá estão”, e não é esta Assembleia que vai condicionar nenhum Lousadense, são todos pessoas de bem, de orgulhos e de bons costumes. -----

--- Depois deste introito, está a ver que afinal o snobismo é uma coisa complicada, o Senhor Presidente diz, não quero que fale disso, mas temos que falar, falar muito, sobre a implementação da democracia e a correção de comportamentos ditatoriais desta maioria ao fim de vinte anos acomodados, temos que falar muito e vamos falar muito, não é fácil calar-me a mim nem ao grupo parlamentar que ali está. -----

--- Senhor Presidente da Câmara, o senhor diz que a proposta é clara. Mas nós aqui estamos a abdicar de um caminho, eu tirei uma fotografia e mostro a Vossa Excelência, eu acho que esta solução vai implicar que pessoas que vivam acima do campo de futebol de Lousado, que hoje vão de uma forma expedita a Ribeirão à Quinta da Alegria, tenham que fazer muitas voltas. Há aqui alguma ponte ou não? A nós deram-nos uma fotocópia que ninguém percebe nada disto, uma coisa a preto e branco. Alguma ligação está assegurada? E esta é a pergunta, está assegurada uma ligação igualmente conforme, expedita, entre as duas comunidades, os dois lugares que ficam agora sem a antiga acessibilidade, fica assegurada nesta nova solução? Eu não consigo inferir desta fotocópia a preto e branco e de forma imediata isso. Pergunto ao Senhor, está assegurada esta ligação expedita, ou as pessoas agora, ou a criança para ir a casa do padrinho tem de fazer três ou quatro Km, quando agora fazia duzentos ou trezentos metros. Fico na expectativa da sua resposta. -----

---**RICARDO COSTA (CDS)** – Isto é hábil do Partido Socialista e do Senhor Deputado, Jorge Costa, quando desconhece o assunto é falar muito alto, é baralhar as pessoas para tentar dizer alguma coisa. Muito bem, Senhor Deputado, relativamente àquilo que acabou de dizer, aquilo que este Executivo traz a esta Assembleia, é exatamente o oposto do que o senhor disse aqui. É para aquelas que pessoas que moram acima do campo de futebol de Lousado, em vez de fazerem três ou quatro Km fazerem 300 metros, é exatamente o oposto.

Aquilo que o Senhor tanto está preocupado, não leu a proposta, desconhece o terreno, é exatamente o oposto, tenha calma Senhor Deputado, porque aquilo que este Executivo faz não precisa que o Senhor venha cá recomendar isto, aquilo e aqueloutro, já está a assegurar. No entanto, esta proposta, as fotocópias não são a cores, mas quem anda no terreno, quem conhece o Município e quem conhece o Concelho, e há uma coisa que vos posso dizer, se há cidadão, se há um conjunto de pessoas que conhece o território que governa é este Executivo, e disso não vale a pena ter dúvidas. E, portanto, relativamente à primeira questão que o Senhor levantou, da soberania do povo de Lousado, grave seria, se este Executivo tomasse a decisão e não pusesse a consideração da Assembleia de Freguesia de Lousado. Portanto, não invertamos as coisas, não queiramos fazer do branco preto e fazer do preto branco, porque as coisas são como são, o sim é sempre sim, e o não é sempre não. -----

**---JORGE OLIVEIRA (PSD)** – A pressa é uma amiga que trai, e neste caso traiu o senhor Deputado. O senhor Deputado é muito apressado às vezes nas análises que faz e depois é traído por essa sua pressa. Senhor Deputado, antes de mais deixe-me dizer-lhe, que nós não podemos aceitar de ser adjetivados de maioria snobista, maioria absoluta que vive do snobismo. Porque como sabe, ou deveria saber, snobismo é alguém que tem um comportamento de desprezo por quem se acha que está abaixo de si, tem um complexo de superioridade. Se alguém que tem complexo de superioridade nesta sala, eu julgo que será unicamente e exclusivamente Vossa Excelência. Eu estou aqui há muitos anos, sou o Deputado mais antigo desta casa, nunca vi ninguém com o complexo de superioridade como o do senhor, e não estou a dizer que é snobe porque eu sei que não é, mas se fosse e eu tivesse que arriscar, eu iria dizer que tem de ser Vossa Excelência, porque de facto, tem esse complexo de superioridade, superioridade do ponto de vista do oratório, do ponto de vista do conhecimento técnico, do ponto de vista do debate político. O Senhor acha-se acima de todos nós do comum dos mortais, eu peço desculpa, eu não o quero ofender, mas não posso aceitar a adjetivação que o Senhor fez à minha bancada, eu não posso aceitar, e peço desculpa ao Senhor Presidente da Assembleia por induzir o tema, tinha de o fazer para a defesa da honra da minha bancada e não usei da prerrogativa regimental para o efeito. Depois dizer o seguinte Senhor Deputado, vamos à matéria, é evidente que este contrato só pode ser celebrado se a Junta de Freguesia, que é proprietária daquele caminho, passar do

domínio público para o domínio privado, isso qualquer estudante de direito sabe. E aonde é que a soberania da Junta de Freguesia e a vontade expressa maioritária da sua população é posta em causa? Quando a Junta de Freguesia através da Assembleia de Freguesia, que expressa e representa toda a população daquela comunidade, é posta em causa? Qual é o valor da democracia afinal? Para que é que serve a Assembleia de Freguesia, não é para expressar a vontade do povo, não é para isso? E se ela o fizer e se expressar que vai no sentido de aprovar a passagem do domínio público para o domínio privado e permitir, já que isto é uma condição *sine qua non* para a realização deste contrato, eu não vejo aonde é que nós estamos a afrontar a vontade daquela população, sinceramente. Ou então, o meu conceito de democracia, o meu conceito de mandato de confiança, o mandato de representação está desvirtuado, mas eu julgo que não está! -----

**---JORGE COSTA (PS)** – Não confunda nunca Vossa Excelência, Senhor Deputado, Jorge Paulo Oliveira, a acutilância com o snobismo, são duas coisas diferentes. Eu pergunto, alguém a partir destas plantas a preto e branco numa escala minúscula, entende esta obra? Aquele homem que ali está, o Senhor Presidente da Câmara, prescindiu de qualquer esclarecimento aos famalicenses, às pessoas todas e aos Deputados aqui presentes. Prescindiu, disse, a proposta é clara. Mas vocês conseguem ler o que aqui está? Eu mostro para a Câmara para os famalicenses em casa verem, alguém consegue ler estes rabiscos. Alguém consegue, de facto, perceber a solução que aqui está implementada. E naquilo que diz respeito à tentativa do condicionamento da Freguesia de Lousado, tem de partir algum dia algum tipo de proposta de recomendação desta Assembleia para uma pessoa coletiva de direito público e soberana, e que não deve nada a esta Assembleia que decidirá, eventualmente, até a favor esta desafetação, mas sempre e só no interesse das pessoas de Lousado. -----

**---ARMINDO GOMES (CDS)** – Eu vou ter aqui a oportunidade neste púlpito, e não é para ofender o Dr. Jorge Costa, senhor Deputado do Partido Socialista. O senhor Deputado, na última Assembleia que antecedeu esta, criticou aqui o nome de uma rua, o Senhor também tem uma placa com o nome numa rua, eu disse-lhe que as Assembleias de Freguesia e as Juntas de Freguesia é que decidem sobre isto, e o Senhor dá uma data de incompetentes à Junta de Freguesia de Lousado, aos Deputados da Assembleia de Freguesia de Lousado e

aos Senhores Presidentes de Junta aqui nesta Assembleia, só o Senhor é que sabe, o senhor é o salvador da pátria. Você é de uma terra tão pacata que é Fradelos, gente tão humilde e você consegue ser tão malcriado nesta Assembleia Municipal, isto ouve-se lá para fora Senhor Deputado, não lhe fica bem. O que vai acontecer, é que o CDS vai começar a não responder à letra, porque você provoca-nos a todos, nós somos uns incompetentes, o Senhor Presidente de Câmara é um incompetente, os Senhores Vereadores, o Presidente da Assembleia, são todos uns incompetentes, você é que é o ás desta Assembleia Municipal. digo-lhe uma coisa, você não era uma placa, você quer uma estátua. -----

**--- POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL RODOVIÁRIO PARA O DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL DA RUA CENTRAL DE FERREIROS, DENOMINADO CM 1465, COM A ÁREA DE 699,00M2, DA FREGUESIA DE RIBEIRÃO E CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE CEDÊNCIA E PERMUTA DE PARCELAS DE TERRENO, COM A CONTINENTAL MABOR, INDÚSTRIA DE PNEUS, S.A, NO ÂMBITO DA EXECUÇÃO DA NOVA VIA DE LIGAÇÃO DA EN14 À ÁREA EMPRESARIAL DE LOUSADO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO CDS, DO CHEGA, DA CDU, DOS PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES E A ABSTENÇÃO DO PS. -----**

**---DÉCIMO PRIMEIRO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO DA REDE DE AUDITÓRIOS E ESPAÇOS CULTURAIS. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----**

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL –** Esta proposta de alteração de Regulamento, essencialmente, para integração do novo Teatro Narciso Ferreira, sedado em Riba de Ave, para integração na Rede de Auditórios do Município -----

**--- POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO DA REDE DE AUDITÓRIOS E ESPAÇOS CULTURAIS. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE. -----**

**---DÉCIMO SEGUNDO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA E A ESTRATÉGIA DE REABILITAÇÃO URBANA DE RIBEIRÃO / LOUSADO, AO ABRIGO DO N.º 1 DO ARTIGO 13.º E DO N.º 1 DO ARTIGO 17.º DO DECRETO-LEI N.º 307/2009, DE 23 DE OUTUBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Muito rápido, só para dizer que no âmbito desta discussão pública foi muito participada, uma iniciativa que ocorreu em Ribeirão, de todo o modo, não se registou qualquer tipo de contributos formais. -----

**---JORGE COSTA (PS)** – É óbvio, que nem eu, nem a minha bancada parlamentar, anda pela bitola do Senhor Deputado, Armindo Gomes, respeitamos muito Vossa Excelência e, portanto, se me quiser erguer uma estátua, desde já lhe digo, que ao contrário de si que aceitou o nome na rua, eu não aceito estátua nenhuma, bom, são questões de humildade e isso são *fait-divers* que para aqui pouco relevam. A educação não tem nada que ver com a acutilância e com a obrigação de fazer pública denúncia das inconseqüências, e inconseqüimentos desta Câmara Municipal e desta maioria. Quer Vossa Excelência que eu me cale, então eu vou trair o voto que os famalicense me deram para ser conivente, e para isso está aqui o CHEGA, não estamos nós, é assim é verdade, há que ser acutilante, há que falar a verdade, não é falar alto é falar verdade, para ser conivente está cá o CHEGA. E, portanto, assim sendo, nós não queremos ser coniventes com ninguém, queremos mostrar aos famalicense que vamos esgrimir uma alternativa credível a esta maioria acomodada. É isso que vamos fazer, mas não vamos fazer só por fazer, vamos fazê-lo sempre evidenciando os velhos erros, as maleitas, os inconseqüimentos, o ficar aquém de o despesismo, a má organização, a gestão *adoc* desta maioria, e pelos vistos isto incomoda o CDS. Olha que chatice, o PS diz, isto está mal, aquilo está mal, estiveram menos bem aqui, estiveram menos bem ali, não conseguiram aqui, não conseguiram ali, e isto chama o CDS de má criação. Pois então, Senhor Armindo Gomes, eu vou ser doravante cada vez mais malcriado, a não ser que a Câmara emende a mão e de facto, assuma uma competência, coisa que eu não acredito. Vossas Excelências ficam chateados por nós estudarmos os dossiês e vos apontarmos os erros, mas porquê, por que é que têm de ficar chateados. Vem atalho de foice,

não é a CDU, vem atalho de foice esta deliberação que nos vamos abster, e porquê? A Câmara continua a falhar, na motivação e na compenetração dos cidadãos no espírito da democracia participativa prevista no artigo 266 da Constituição da República, que diz: - “os administrados devem participar”. O Senhor Presidente da Câmara diz, fizemos uma coisa muito bonita em Ribeirão, mas ninguém disse nada, ora muito bem, devia ter dito, será que as pessoas que foram assistir perceberam, de facto, a essência do que estava em discussão. Que esforço fez a Câmara, o Senhor Presidente, explicou alguma coisa sobre isso, disse, esclarecemos as pessoas que o impacto concreto sobre estas medidas é a, b, c, absolutamente nada. E por isso, por esta falha rotunda da Câmara em motivar os cidadãos de Famalicão para as causas que a todos nos dizem respeito, teremos necessariamente que nos abster, com o nosso aval não vão conseguir Senhores Deputados. -----

**---RICARDO COSTA (CDS)** – Muito bem, nós tivemos aqui quatro minutos a ouvir o Senhor Deputado, Jorge Costa, a dizer “que será cada vez mais malcriado” repeti aquilo que disse. Mas olhe que os Deputados aqui desta Assembleia não são malcriados, e digo-lhe mais, será que os Deputados do Partido Socialista se reveem nessa malcriadeza? -----

**---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Eu pedia-lhes sinceramente, porque a Mesa tem esta perspetiva que é lata, porque acho que é importante que discutamos os assuntos, que tenhamos introduções que venham a propósito. Mas hoje temos gasto, exceccionalmente certamente nesta sessão, a maior parte do tempo com questões laterais, com snobismos, com poesia, e realmente eu não queria alterar aquela que é uma tolerância, que eu acho que é de vantagem para todos, da Mesa. Portanto, ou os Senhores Deputados percebem que isto é de vantagem para todos, ou teremos que ser um bocadinho mais restritivos, as coisas são como são, nós dançamos aqui o Tango que quiserem tocar não tem problema nenhum. Dito isto, dou a palavra ao Senhor Deputado, Germano Araújo. -----

**---GERMANO ARAÚJO (PSD)** – Eu venho aqui a este púlpito falar sobre a proposta, porque é isto que nos interessa e às pessoas lá em casa e aos Municípios. Relativamente a esta proposta, Ribeirão e Lousado são duas Freguesias com alguma história, umas Freguesias inseridas em contexto de grande relevo, mesmo a nível nacional, quer pelas suas empresas, tem um património cultural e em termos de reabilitação urbana é preciso olhar para estas Freguesias, a proposta vem tratar dessa necessidade. Relativamente ao que foi

feito por parte da Câmara da participação dos cidadãos, houve uma ação em Ribeirão que foi amplamente divulgada, através de redes sociais, através de editais, inclusive quase por pessoa a pessoa, pelo menos o Presidente de Junta teve esse conhecimento, e a participação foi a que foi, ou seja, esta Câmara cumpriu mais do que a lei obrigava, agora ficamos sem saber e já que o Partido Socialista diz que não há participação dos cidadãos, nesta Assembleia também não há participação para falar desta proposta relativamente aos Senhores Deputados do Partido Socialista, ou seja, vêm aqui dizer que a Câmara não ouve as pessoas, o que não é verdade, e então apresentem propostas que certamente a Câmara acolherá. -----

**---JORGE COSTA (PS)** – Caríssimos, o PS não tem que apresentar propostas, o PS é oposição e tem que sindicar as propostas que aqui chegam. E eu inferi das palavras do Senhor Deputado, quando disse que “a participação dos cidadãos foi o que foi”, que a culpa é dos cidadãos, a culpa é dos famalicenses. Portanto, não foi a Câmara que falhou nestas discussões quando diz, “a participação dos cidadãos foi o que foi”, já que ninguém disse nada, eu pergunto-me, será que de facto os famalicenses perceberam o alcance daquilo que estava em discussão, ou foram chamados para um evento que nem souberam ao certo àquilo que foram. E, portanto, as culpas não morrem solteiras, quando de facto, algo se constata que está mal e está mal aqui a ausência de participação cidadã com contributos, há sempre pelo menos dois culpados e não sacuda a água do capote da Câmara para os famalicenses, para os Lousadenses e para os Ribeirenses. -----

**---JOÃO NASCIMENTO (CDS)** – Senhor Deputado, Jorge Costa, efetivamente o PS não tem obrigação nenhuma de apresentar propostas, aliás, percebeu-se isso desde que o PS assumiu a candidatura à Câmara Municipal que propostas do PS são zero. Agora, o que o PS não pode fazer, é não apresentar as propostas ao estilo do estudante preguiçoso e vir pegar nas propostas que já existem e dizer, ok, agora vamos pegar nas propostas que outros tiveram trabalho a fazer e dizer vamos alterar aqui a alínea a) e esta proposta agora é nossa, só essa faltava Senhor Deputado, nem pense. Relativamente ao resto, ninguém o vai calar, aliás, fazemos todos, muito gosto em ouvi-lo e por muitas asneiras que diga aqui não é o sítio onde se irão apagar gravações, o Senhor pode dizer tudo e irá ficar tudo gravado, não vamos certamente apagar gravações, tenho a certeza de que a Mesa não o fará. De resto, só

para lhe dizer o seguinte, Senhor Deputado, porque diz aqui muitas vezes que não pode desconsiderar o voto que os famalicenses lhe deram, é verdade Senhor deputado e espero que nunca o faça, e tenho a certeza que com os princípios que tem nunca o irá fazer. Agora, o que não pode fazer, também, é desrespeitar o voto dos famalicenses que escolheram esta maioria, porque foram muitos mais do que aqueles que votaram em vós. -----

**---GERMANO ARAÚJO (PSD)** – Como o Senhor Deputado que me antecedeu disse, realmente o Partido Socialista não tem qualquer obrigação de apresentar propostas. No entanto, como muitas vezes olha para a Câmara, e lá para casa diz aos famalicenses, nós estamos aqui para discutir, acho que, não ficava mal ao Partido Socialista emitir um parecer, ou o que é que acha desta proposta. E a realidade é que gastou quase cinco minutos, mas não nos disse sequer se concordava com a proposta ou não, se fazia de forma diferente, ou se havia outra alternativa, escusou-se só por parte da participação das pessoas. É lógico que fazer mais, é sempre possível fazer mais, mas como já foi dito, esta Câmara esteve além do que a lei exigia, fez um esforço juntamente com as Juntas de Freguesia do que era possível fazer. Agora, era importante para o debate desta temática e dada a importância desta matéria, sermos esclarecedores nesta Assembleia e dizer porque é que concordamos, ou não concordamos, e não estarmos atrás do escudo que deveria haver mais participação e, portanto, não vamos falar do assunto. -----

**---JORGE COSTA (PS)** – Não vale a pena confundir a nuvem com Juno, não vale a pena. Participação dos cidadãos, apareceu do PAN no regulamento das hortas, orelhas moucas. Não tem representação na Câmara, também não têm diretamente representação na Câmara os cidadãos de Lousado e Ribeirão, e eram esses que devíamos ouvir, é o quotidiano diário desses que fica afetado, a nossa missão de fiscalização é aquilo que fazemos. -----

**---JORGE OLIVEIRA (PSD)** – Para no fecho deste debate, apenas para focar-me numa matéria que é sempre importante quando se discute democracia, que é a participação cívica, sim, todos nós temos o dever, mas não é apenas quem exerce o poder. Esse dever de potenciar a participação cívica é de todos os que estão dentro desta sala, é de todos, é uma responsabilidade dos partidos que estão na oposição e uma das formas de contribuir para aumentar essa participação, ou despertar o interesse nessa participação, é quando as forças políticas expressam exatamente as suas posições dizendo, eu concordo com isto e discordo

por este e por aquele motivo, e a partir desta dialética e deste debate, deste confronto de ideias e de posições, estou certo e seguro, é a minha opinião, que por esta via também se ajuda a despertar o interesse das populações na participação desse mesmo debate. E por isso, eu só queria aqui salientar esse aspeto que me parece importante, já que falamos em democracia e participação cívica, facto que é absolutamente crucial numa democracia moderna e madura como é a nossa. -----

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Só para reiterar o que disse no início. Foi uma iniciativa muito participada, quer dos nossos concidadãos de Lousado, quer dos nossos concidadãos de Ribeirão, existiram perguntas, existiram respostas, foi considerada uma excelente proposta e por isso é que não houve nenhum tipo de sugestão, tão só quanto isso. O que evidencia também e cada vez mais, uma notória confiança novamente neste Executivo. -----

**--- POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA E A ESTRATÉGIA DE REABILITAÇÃO URBANA DE RIBEIRÃO / LOUSADO, AO ABRIGO DO N.º 1 DO ARTIGO 13.º E DO N.º 1 DO ARTIGO 17.º DO DECRETO-LEI N.º 307/2009, DE 23 DE OUTUBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO CDS, DO CHEGA, DA CDU, DOS PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES E A ABSTENÇÃO DO PS.** -----

**---DÉCIMO TERCEIRO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARROLAMENTO E INVENTARIAÇÃO DA RELAÇÃO DE CEDÊNCIAS PARA O DOMÍNIO DO MUNICÍPIO, PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA CCC) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Só para dizer que se trata da avaliação das cedências e que decorre da Lei. -----

**---JORGE COSTA (PS)** – Ora cá está mais um momento de acutilância e não é má criação. Avaliadas que são aqui as cedências, como diz o Senhor Presidente, nós vemos que basicamente as cedências são umas baínhas de estacionamento, assim umas coisas. Longe

vão os tempos, em que de facto, em cada área de promoção imobiliária, Agostinho Fernandes e Armindo Costa, cediam à comunidade áreas verdes, agora, o que nós vemos aqui são tudo umas minudências, uns trocos, deve haver aqui outro tipo de negócio que não abranja terrenos. Aliás, também se os metessem no domínio público depois afetariam para o domínio privado. A incomodidade que gera o meu camarada de bancada, Paulo Pinto, quando aqui vem dizer, outra vez, vocês estão a vender tudo, não há sítio para as crianças jogarem à bola nas urbanizações, vai tudo para o domínio privado e não querem saber disso. Agora, o meu camarada de bancada, também vale e já vos tem dado quanto baste, são dois malcriados quando dizem que não está a ser acautelado o interesse público dos famalicenses. Pois esse *epitáfio* do malcriado, quando eu aqui venho falar como estou a falar agora, são flores que me caem, porque eu, de facto, estou aqui imbuído. Senhor Presidente o PS tem a lamentar, por isso é que se absteve na Câmara Municipal, a falta de disponibilização efetiva de espaços públicos coletivos, pensar no todo em vez do um, pensar em nós todos, pensar nos famalicenses todos. E este relato que aqui está, é terrível nesse aspeto, não fica nada para todos a não ser umas bainhazinhas para o estacionamento. O vil metal, o dinheirinho impõe-se ao “todos”, não devia na perspetiva do PS e por isso, temos aqui que manifestar o rotundo falhanço da Câmara Municipal na implementação de áreas públicas ao serviço da comunidade naquilo que é o crescimento urbanístico. Claro que nos temos de abster. -----

**---ANTÓNIO MEIRELES (PSD)** – Senhor Deputado, Jorge Costa, eu cada vez mais fico confuso sempre que o ouço falar, eu bem tento, mas não consigo. Tem sido um mal deste Concelho desde há longas datas, e não é desta Câmara, nem da anterior, já vem de há longa data, receber-se por operações urbanísticas, por obrigatoriedade, parcelas de terreno pequenas, grandes, inclinadas, em lamaceiros, parcelas de terreno para cedência ao domínio público e isso vem-nos a trazer graves problemas à gestão territorial do Concelho. E tem sido preocupação desta Câmara e de anteriores, tentar resolver esses problemas antigos, entretanto, a legislação alterou e de certa maneira permitiu que em vez das áreas de cedência serem feitas em espécie, ser feito de acordo com a tal fórmula que calcula os valores das parcelas de terreno que sejam trocadas essas verbas por verba monetária, e que essa verba monetária seja aplicada no território. Isso é a forma de tentar resolver o tal problema das parcelas de terreno que não servem a ninguém, e as verbas que são conseguidas com essas

compensações servem para produzir vários equipamentos, esses sim, com serviço para todos os famalicenses. Senhor Deputado, isto parece-me claro, o Senhor pode não concordar, mas isto tem a lei a seu favor e é uma opção perfeitamente plausível, uma opção que este Município pode ter sem qualquer problema de consciência. Por isso, Senhor Deputado, a Câmara opta, em vez de ter mil parcelas de terreno espalhadas pelo Concelho sem qualquer tipo de utilidade, por receber as verbas de compensação e poder produzir equipamentos e bens, e bem-estar para as populações. -----

**---JORGE COSTA (PS)** – É de facto isto que nos divide Senhores Deputados. O PS é diferente, para quem tivesse dúvidas é muito diferente desta maioria PSD-CDS, o nosso interesse coletivo na vida das pessoas, no bem-estar na vida das pessoas, é para nós um dever. Dizia o meu camarada de bancada aqui da Assembleia, Arquiteto Meireles, dizia assim: - “bom, vocês lembram-se daqueles terrenos inclinados, daqueles terrenos que não valiam nenhum. Mas a lista que aqui está é toda da vossa responsabilidade, quem é que aceita para loteamentos tais terrenos inclinados, quem é que tem feito isso nos últimos vinte anos, quem tem conspurcado o trigo pelo joio, quem tem aceite essas coisas. Senhores, agora digo-lhe eu, Senhor Arquiteto Meireles, por favor não esteja distraído. -----

**---ANTÓNIO MEIRELES (PSD)** – Senhor Deputado, Jorge Costa, não esteja distraído, porque na realidade se for ver a relação, a maior parte destas parcelas de terreno que estão aqui são infraestruturas públicas, arruamentos, baínhas e passeios. -----

**---ARMINDO GOMES (CDS)** – O negócio que fazia o Doutor Agostinho Fernandes, no tempo em que era presidente de câmara, os negócios eram todos do melhor que havia, nós agora é que não somos sérios, fazemos negócios fracos para o Município. Sabe que o negócio que o Doutor Agostinho Fernandes fez sobre o Parque de Sinções, que foi feito de uma forma e foi utilizado de outra forma Senhor Deputado, e a Câmara teve que indemnizar o empreiteiro, Serafim Malhado, em quinhentos mil euros? E porquê, a Câmara comprou, usou uma palavra para comprar e no fim fez outra, falta de palavra. A Câmara Municipal do Doutor Agostinho Fernandes, que você fazia parte na Assembleia Municipal daquela altura, eu também fazia parte, tomou posse de uma bouça em Fradelos que custou à Câmara quatrocentos mil euros, aos cofres da Câmara Municipal, para passar uns carros que não passaram. Isto é verdade, e a Freguesia de Fradelos não tinha água nem saneamento,

quatrocentos mil euros, oitenta mil contos, na altura dava para fazer muito quilómetro de água e saneamento. E o senhor está-me a dizer que a Câmara do Partido Socialista, desculpando os Deputados do Partido Socialista, porque nem todos são como você, não vêm aqui fazer estas críticas. Eu estive aqui na Assembleia no último mandato, o Engenheiro Paulo Pinto era um Deputado de excelência do Partido Socialista, você agora não o deixa falar, é por isso que ele está noutra lista, não o deixa falar porque ele é um Deputado sério, está a perceber, Senhor Deputado Jorge Costa, isso não o leva a lado nenhum. Eu vou-lhe dizer uma coisa, você usou aqui uma história de um escritor, havia um casal que fritava umas sardinhas para o almoço, e então, você usava a história do escritor e eu não andei na universidade, não sei se você tirou o curso no fim-de-semana, mas pouco me importa, a senhora fritava umas sardinhas e o cãozinho não entrava da porta para dentro, quando estava o marido a fritar as sardinhas o cão já entrava e discutiam sempre um com o outro. A mulher tinha tão mau-feitio, não quero compará-la consigo, mas a diferença não é muita porque o cão nem na cozinha entrava. -----

**---JORGE COSTA (PS)** – Um instante muito breve, só para replicar isto, continuem a falar da Câmara do tempo de meu Avô, enquanto a nossa bancada com aquelas pessoas que ali estão constroem o futuro, adormeçam. -----

**---JORGE OLIVEIRA (PSD)** – Senhores Deputados do Partido Socialista, de facto, nós temos uma diferente conceção daquilo que é o instituto de cedências, diferente, o instituto de cedências do nosso ponto de vista, é objetivamente um instrumento de definição de políticas públicas de urbanismo, de ordenamento do território e infraestruturas ambientais. E Vossas Excelências, têm apenas uma conceção de que é um instrumento urbanístico e mais nada. Vocês têm, de facto, uma conceção retrógrada daquilo que é o instituto das cedências ao domínio público das operações de loteamento, das operações urbanísticas relevantes ou com o mesmo impacto que as operações de loteamento. E o que aqui é importante, Senhor Deputado, é que nesta definição de políticas públicas se prossiga o fim público e nuns casos, o fim público é obrigar a entrega de cedências para espaços verdes, para equipamentos, além naturalmente, as infraestruturas de arruamentos e passeios e noutros casos, o interesse público é definido exatamente pela exigência de um pagamento, em espécie ou em numerário, porque o interesse público assim o pode determinar. Oh! senhor Deputado, é

interesse público, ninguém está a doar os terrenos, ninguém está a libertar do pagamento, interesse público. O interesse público, faz, obrigando a entregar cedências, terrenos para espaços verdes e equipamentos, e o interesse público resolve-se também pela entrega em numerário, é isso que está nos principais instrumentos de ordenamento e planeamento do território aprovados pelo seu Governo do Partido Socialista. -----

**---JORGE COSTA (PS)** – Naquilo que releva e para que enganos não fiquem, os parques, as dezenas e dezenas de parques infantis que existem neste Município, foram construídos nos tais terrenos, muitos dos terreiros dos campos de Futebol de Salão foram construídos nestas cedências. No nosso tempo, havia de facto, a promoção do interesse público, agora Vossas Excelências querem é dinheiro. -----

**---JORGE OLIVEIRA (PSD)** – Senhor Deputado, Jorge Costa, tanto é do tempo como já é do tempo do Avô, nós não percebemos. Só para dizer o seguinte, ainda está para nascer uma Câmara Municipal liderada pelo PSD-CDS/PP que tenha construído a principal infraestrutura verde deste Município, chama-se Parque da Devesa. -----

**---JORGE COSTA (PS)** – Só mesmo para concluir, eu estava à espera disso de Vossa Excelência, e só para lhe lembrar que o Parque da Devesa em contrapartidas implicou qualquer coisa como seis milhões de euros, os famalicenses percebem do que eu estou a falar. -----

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Só para referir que o Concelho de Vila Nova de Famalicão, nunca teve tantos espaços verdes úteis para os famalicenses como tem agora, deixou de ter taludes como espaços verdes, isso é verdade. Nós encetamos e vamos perfazer na segunda-feira um ano que aqui estamos, eu próprio e este Executivo, encetamos um esforço grande no sentido de apetrechar todas as Freguesias que não tenham Parques a tê-lo. Dois exemplos, já concretizamos a aquisição de terrenos e lembro Mouquim, lembro Ruivães e neste caso concreto Novais, estamos à procura em Fradelos, e em Vilarinho também foi recentemente, também para além de uma série de Freguesias que já ao têm. Aquelas que não os têm, vão tê-lo, mas vão ter Parques, espaços com um conjunto de competências associadas para que os famalicenses possam usar. -----

**---JORGE COSTA (PS)** – Estão a ver que discutir política dá certo, até já estamos a pôr o Senhor Presidente da Câmara a falar. -----

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Respondendo a esta pequena provocação, já é constante, os famalicenses sabem-no bem, têm-me abordado nesse sentido e de quem é aquela pessoa que fala daquela maneira na Assembleia Municipal, mas cada um fica com aquilo que é seu. Só para dizer que estes assuntos são muito debatidos com os famalicenses, com os meios de comunicação social, na Câmara Municipal, com todos. Portanto, quando chega à Assembleia Municipal, é minha percepção, que devia haver mais conhecimento por parte de alguns Deputados Municipais. -----

**---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARROLAMENTO E INVENTARIAÇÃO DA RELAÇÃO DE CEDÊNCIAS PARA O DOMÍNIO DO MUNICÍPIO, PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA CCC) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO CDS, DO CHEGA, DA CDU, DOS PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES E A ABSTENÇÃO DO PS.** -----

**---DÉCIMO QUARTO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PROJETO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA M) DO N.º 1 DO Art.º 25 °, DO CITADO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Só para dizer, que é uma alteração ao Regulamento da Organização dos Serviços Municipais, trata-se de uma alteração normal, que porventura, poderão vir outras, que acompanham sempre as nossas dinâmicas e porque queremos cada vez serviços mais eficientes e, portanto, esta alteração vem tão só cumprir este nosso objetivo. -----

**---JORGE COSTA (PS)** – Quem é que fala assim na Assembleia Municipal, fala no mesmo seguimento político de alinhamento político na Câmara Municipal, aqui o PS segue e discute as mesmas orientações políticas que toma na Câmara Municipal. E quando na Câmara Municipal, o assunto fica por decidir e é da competência desta Assembleia, abordamo-lo sempre que assim seja. -----

---Por exemplo, neste caso, nós denunciámos há muito tempo que esta Câmara ao fim de vinte anos anda aos ziguezagues, de facto, estamos aqui a alterar um Regulamento, reparem que vocês têm vinte anos disto são repetentes, esta velha maioria é repetente neste aspeto, têm vinte anos disto, e sujeitou a este Órgão no dia 28/12/2021 um Regulamento, passados meia dúzia de meses faz outro ziguezague e está a alterar outra vez. De que é que isto é sinal, o tal planeamento, as tais ideias, é que ninguém sabe o que anda a fazer, nós andamos ora para aqui, ora para ali, não sabemos ao certo com um planeamento consistente aquilo que de facto andamos a fazer na Câmara Municipal. Porque se soubéssemos, num tão curto espaço de tempo, ou admitíamos que errámos no dia 28/12/2021, ou acertámos agora, ou fizemos uma má avaliação, nada disso com humildade é aqui assumido por parte da Câmara Municipal a dizer, nós enganámo-nos há pouco tempo e agora achámos que para melhorar os serviços devemos admitir esse erro e corrigir a Organização dos Serviços. É uma gestão *adoc*, em cima do joelho, a favor das conveniências e daquilo que vai surgindo do momento, não é uma coisa pensada, planeada, estruturada, para que influencie o funcionamento dos Serviços para futuro. Eu já disse muitas vezes, o meu Partido já disse muitas vezes, quando o PS for governo vamos fazer de forma diferente, em vez de fazer mais, vamos fazer muito melhor e por isso, estas opções são vossas e ficam com elas porque nós vamos abster-nos.---

---**JORGE OLIVEIRA (PSD)** – Pensava eu, que finalmente ia conhecer a proposta do Partido Socialista sobre a Organização, ou Reorganização dos Serviços Municipais. Porque foi uma promessa eleitoral, na última campanha eleitoral, o Partido Socialista prometeu aos famalicenses que se fosse Câmara obviamente, iria reorganizar os Serviços Municipais e iria equacionar para que fosse feita de uma forma transparente, e ficamos por aqui, é a típica proclamação da Miss Mundo, que quando digo o que é que quero, eu digo, eu quero paz na terra e amor entre os homens e as mulheres, é mais ou menos isto. Eu tinha a esperança que hoje o Partido Socialista, dissesse, as nossas linhas são estas, e não estas (aponta para a bancada Socialista) mas ficamos apenas só com a declaração da Miss Mundo, nós quando formos governo municipal vamos reorganizar. Vão ter que esperar muitos anos Senhor Deputado!-----

---**JORGE COSTA (PS)** – Não tantos anos assim, olhe que não! Os milhares de votos muito grandes, já crescemos, nós andamos na rua e ouvimos as pessoas, percebemos o sentir

das pessoas e a insatisfação crescente com esta deriva do Município. Quando nós tivermos a faculdade de conseguir o voto de confiança dos famalicenses, Vossas Excelências conhecerão de todo quais são as nossas medidas concretas, não é a nós que cabe governar, mas posso garantir-lhe desde já uma coisa e sem revelar a forma como vamos organizar a Câmara, nós já dissemos numa destas Assembleias que reestruturaríamos os serviços de educação de forma completamente diferente, já o dissemos, está gravado e está em ata. Mas eu não vou entrar por aí, porque é esta maioria que se tem que organizar, mas posso prometer aqui a todos os presentes e aos famalicenses lá em casa, que este zigzague não, sonhar é o limite.-----

**---JORGE OLIVEIRA (PSD)** – Senhor Deputado, Jorge Costa, Vossa Excelência não diz quais são porque não sabem o que é que hão de fazer. Nós temos que admitir que a oposição tem um principal dever, qualquer oposição, ou um governo municipal, ou um governo da república, na oposição têm todos o mesmo dever. E o primeiro dever, é aquilo que procuram fazê-lo aqui, às vezes adjetivando de uma forma incorreta, é denunciar as fragilidades de quem exerce o poder, isto é assim em qualquer democracia. O Primeiro dever da oposição é denunciar as fragilidades de quem exerce o poder, mas a seguir vem um segundo dever, e o segundo dever é dizer aos destinatários qual é a alternativa, ora, Vossas Excelências objetivamente não cumprem este segundo pressuposto. E, portanto, isto é um debate a um, não é a dois, nós dizemos as nossas ideias e Vossas Excelências dizem, não concordamos, nós dizemos qual é a alternativa e vocês dizem depois um dia vão saber. Isto não é assim que funciona a democracia, não é este o pressuposto do debate político.-----

**---JORGE COSTA (PS)** – Duas coisas muito rápidas, até porque a noite vai avançando. Primeiro, é para responder ao Senhor Presidente da Câmara, dizer-lhe que a mim também me perguntam, quem é aquele jovem que foi substituir o Presidente da Câmara que nós não sabemos quem é, como quando perguntam a si, quem é aquele Deputado da Assembleia que fala daquela maneira, eu peço-lhe que esclareça essas pessoas, é um Deputado do Partido Socialista que está conjuntamente com os seus camaradas de bancada, a fiscalizar a Câmara e a pô-la cada vez mais na linha, no direito e na verdade. Pode responder assim e nem dizer o nome, eu não preciso de ruas. Mas as dúvidas que põem a meu propósito, também põem a

propósito de Vossa Excelência, volto-lhe a dizer isto, porque acho que o meu colega, o meu querido colega, Jorge Paulo Oliveira não entendeu. Nós não vamos fazer estes ziguezagues.

**---JORGE OLIVEIRA (PSD)** – Sim, eu acredito na palavra do Senhor Deputado, que o Partido Socialista não vai fazer estes ziguezagues porque não vai fazer coisíssima nenhuma como já percebemos, porque ele não sabe qual é o caminho e quem não sabe o caminho fica parado, e o Partido Socialista parou exatamente neste ponto, ou seja, vamos ver, vamos ver e um dia nós iremos decidir, até lá, ficamos parados.-----

**---PAULO PINTO (PS)** – Muito rapidamente, Senhor Deputado, só para relembrar e esclarecer a Assembleia, que o Partido Socialista tem apresentado muitas propostas na Câmara, aliás, muitas das iniciativas apresentadas e aplicadas pelo Município no tempo do Covid foram sugestão do Partido Socialista, e nós em muitas iniciativas fiscais temos apresentado propostas que tem revertido e poupar muito dinheiro aos famalicenses. O Senhor Deputado, vem acusar o Partido Socialista de uma coisa que não é verdade.-----

**---JORGE OLIVEIRA (PSD)** – Oh! Senhor Deputado, isto foi um remate para fora da bancada lateral, para fora da bancada, mas da lateral, percebe, não é das traseiras da baliza. Oh! Senhor Deputado, eu vou dizer aquilo que disse, estou absolutamente convicto que ouviu, mas procurou enfim, não perder o debate e então veio com o argumento de última hora em recurso, mas que não colhe. Eu disse que nesta matéria, o Partido Socialista, e esta matéria é a reorganização dos serviços, Senhor Deputado, nós estamos a discutir a reorganização dos serviços, eu não estou aqui a discutir mais nada, só discuti a reorganização dos serviços. E eu estava convencido que estávamos a discutir a reorganização dos serviços municipais, e quando eu afirmei que o Partido Socialista, tinha a obrigação de dizer qual era a sua alternativa, qual era a sua visão, o que é que faria de diferente, e a resposta foi o silêncio. E agora o Senhor Deputado, veio novamente com o seu silêncio confirmar que os senhores não têm nenhuma proposta, nem nenhuma ideia sobre este assunto, ponto final parágrafo, lamento, mas é a realidade e a realidade ficou hoje aqui demonstrada. -----

**---RICARDO COSTA (CDS)** – Efetivamente a hora vai avançada, e eu no sentido de desanuviar, mas também não quero deixar de registar, de facto, a posição aqui do Partido Socialista. Eu pensei que o Deputado, Paulo Pinto, ia emendar aquilo que se diz na minha

terra, *muita parra e pouca uva*, aliás, acabou a época das vindimas, uva nem a ver, foi só parra, foi só folha. Se é este o candidato a Miss Mundo que o Partido Socialista nos tem para dar, eu acho que os famalicenses com esta personagem, Miss Mundo, de facto, estão perfeitamente esclarecidos e com isto, não vamos ter Miss Mundo do Partido Socialista de certeza absoluta. -----

**---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Senhores Deputados podemos avançar, vamos votar este ponto catorze da Ordem de Trabalhos, foi iniciada a votação. Senhor Deputado, quando eu abro a votação não há comentários, está aberta a votação Senhor Deputado, desculpe estão abertas as votações e tem de estar em silêncio, ponto, é o que diz o Regimento e o Senhor aprovou, isso é que é snobismo, a tal presunção de superioridade que acha que impõe a sua vontade e a sua voz à dos outros, mas à Mesa não, desculpe, eu abri a votação e o Senhor Deputado se não se importa guarda silêncio. Retomada a votação do ponto catorze.-----

**--- POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PROJETO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA M) DO N.º 1 DO ART.º 25 •, DO CITADO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO CDS, DO CHEGA, DOS PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES E AS ABSTENÇÕES DO PS E DA CDU.**-----

**--- PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Se o Senhor Deputado, ou algum dos Senhores Deputados, quiser fazer uma interpelação à mesa, é agora o momento porque acabou a votação. O que lhes peço é que se cumpram as regras que os Senhores Deputados aprovam, há um momento para votar, há um momento para falar, há mecanismos próprios, há um mecanismo de interpelação à Mesa, que é o adequado neste momento se entendem que no decurso dos trabalhos, houve qualquer facto anormal de que a Mesa deva tomar nota, agora não interrompem por favor as votações, tal qual não podem levantar-se nem se sentar durante as votações, só lhes peço que me ajudem a cumprir o Regimento, ou então não serve para nada. Senhor Deputado, Luís Miranda, tem a palavra. -----

---**LUÍS MIRANDA (PS)** – A minha interpelação à Mesa, é no sentido de apurar se ficou registado o comentário proferido pelo meu colega, João Pedro Castro, do CHEGA, quando se referiu a um Deputado da bancada do Partido Socialista, Dr. Jorge Costa, quando referiu o seguinte: - “também tu participas na marcha LGBT”, questiono a Mesa, se isso ficou registado na audição e na ata, para efeito posterior de responsabilidade política a usar pelo Partido Socialista.-----

--- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Senhor Deputado, eu não ouvi, se ficou registado duvido, porque o microfone está um bocadinho afastado, mas quanto à responsabilidade política, o Senhor Deputado, naturalmente como é óbvio, usará dela como muito bem entenda, porque se ouviu, mesmo que eu não tenha ouvido.-----

---**JOÃO CASTRO (CHEGA)** – Só para dizer, que de facto, fiz um comentário em tom jocoso, mas não fazia menção a ninguém em especial. Se os senhores quiseram levar isso para um campo errado, o problema é vosso, até porque em diversas ocasiões o Senhor Deputado, Jorge Costa, tem ofendido constantemente quer os Senhores Deputados, quer o Senhores Presidentes de Junta, quer as pessoas que nos ouvem, e ninguém lhe chamou a atenção. Aliás, como disse o Senhor Presidente de Câmara, lá fora está toda a gente farta de Vossa Excelência, e até lhe digo mais, eu se fosse um dos seus camaradas reunia aí um motim para o atirar pela janela fora, porque de facto, já estamos todos fartos. -----

--- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Senhor Deputado, João Pedro Castro, eu sei que a sessão está longa, estamos cansados, os senhores querem dormir, mas uma Sessão de uma Assembleia Municipal que é suposto juntar os Homens bons do Município, são escolha de um Povo perante a população que aqui vem, e de resto agora transmitido em direto, é suposto ter o mínimo de regras, e nós levamos muito tempo nesta Sessão com adjetivações acerca uns dos outros. As pessoas não têm que ser amigas, mas aqui conhecem-se todas, são adversárias e devem exercer o seu mandato com respeito, é só isso que se pede, pode-se ser contundente com respeito. E quando o respeito acaba e começa a falta de educação, a Mesa intervém e eu peço imensa desculpa, mas não vou tolerar excessos. Não vou tolerar excessos porque não pode ser assim, o próprio Regimento impõe deveres de urbanidade, as coisas são assim, nós temos de ter respeito uns pelos outros. E, portanto, sinceramente, eu acho hoje, por vários momentos se ultrapassou esse limite, e peço

ao Senhor Deputado, João Pedro Castro, acho que toda a gente percebeu a mensagem, que por favor ficasse por aqui, pedia que todos ficassem por aqui, e meditassem um bocadinho porque nós estamos a ser ouvidos fora, estamos a ser registados em ata e temos que dar sinais de elevação, porque senão é a degradação absoluta da classe política e do regime democrático que é aqui questionado. Eu sinceramente, gostava no que tem que ver com a Mesa, poder contribuir para um bom exemplo fora, e hoje, não se estão a dar bons exemplos lá para fora independentemente dos partidos, e é isso que eu peço apenas, que me ajudem na plena condução dos trabalhos. Se não ajudarem, temos muita forma de parar com isto, eu não gosto de retirar a palavra a ninguém, eu não gosto de interromper os trabalhos, realmente eu gosto que a discussão flua, porque é isso que é normal nesta diversidade, a coisa mais maravilhosa da democracia, mas se começarmos a resvalar para o excesso sabemos que isto é como uma bola de neve, um vai atrás do outro e nunca mais pára, mas tem de parar porque nós não vamos permitir que isto continue. Senhor Deputado, está registado.-----

**---JOÃO CASTRO (CHEGA)** – Senhor Presidente da Assembleia, eu estou de acordo consigo, mas o precedente foi aberto por outra bancada. -----

**---JORGE COSTA (PS)** – Requereu a palavra para defesa da honra. Senhor Presidente da Assembleia, eu em defesa da honra quero dizer duas coisas. Primeiro, de facto, é lamentável que nesta casa durante uma votação, um corregionado Deputado se dirija à minha pessoa e invocando o meu nome, como aqui foi admitido, dizendo, vai para a marcha LGBT. Ora bem, eu quero dizer o seguinte, primeiro, não recebo nenhuma lições de Deputado nenhum aqui e muito menos do CHEGA. Segundo, de facto, vossa Excelência lançou-me um repto, que quando houver a próxima marcha em Famalicão, eu vou convictamente à marcha LGBT e da inclusão de todos os cidadãos. Vossa Excelência não gosta, quer-me atirar pela janela, paciência, porque de facto, essas são a causa da inclusão de todas as formas de estar no mundo, é também a minha bandeira e acima de tudo dentro do meu partido a bandeira da Juventude Socialista, Vossa Excelência não sabe, mas eu sou JS honorário uma vez JS, JS para sempre e, portanto, portarei essa bandeira da inclusão aqui e em todos os sítios onde eu estiver até que a voz me doa.-----

**---DÉCIMO QUINTO PONTO - DISCUSSÃO E TOMADA DE POSIÇÃO DA AUDITORIA A CONTRATOS CELEBRADOS PELA ADMINISTRAÇÃO LOCAL NO ÂMBITO DO REGIME DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA EXCEPCIONAL (COVID-19). TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----**

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – A última proposta desta sessão trata-se de uma auditoria a contratos celebrados pela Administração Local, no âmbito do regime de contratação pública excepcional. Aqui o Tribunal de Contas fez apenas um pequeno reparo, acerca da contratação de um pré-fabricado, que o nosso Hospital teve a necessidade de ter mais um espaço para acudir à COVID19, nomeadamente, naqueles tempos críticos que passamos. Devo dizer também a este respeito que este espaço, um espaço muito considerável, estamos aqui a falar de um espaço que faz falta ao Hospital e a Câmara Municipal vai decidir, entretanto, estou apenas a antecipar a decisão que eu próprio tomei, de ceder de forma definitiva ao Hospital para que ele tenha melhores condições com este espaço. -----

**---APROVADAS EM MINUTA TODAS AS DELIBERAÇÕES TOMADAS.-----**

--- Acabada a ordem do dia, passou-se, de imediato, ao período de: -----

**-----DEPOIS DA ORDEM DO DIA -----**

--- Para este período houve inscrições do público, a primeira intervenção foi do seguinte teor: -----

**---FILOMENA ANTUNES (Freguesia de Fradelos)** - Para não perder muito tempo é para todos. Eu não preciso da resposta do Senhor Presidente da Câmara, mas preciso da resposta do Senhor Deputado, quero que ele me responda depois. Fradelos não tem qualidade de vida, não tem um Parque nem uma Fonte, é uma calamidade da boca de um universitário, palavras tão supérfluas. A Freguesia não está à venda Senhor Deputado Jorge Costa, tenha mais respeito pelo Povo de Fradelos, só fala em Famalicenses, só fala no que lhe convém.---

**---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** - Minha Senhora, deixe-me só dizer-lhe uma coisa, a Senhora tem que usar da palavra para colocar perguntas ao Senhor Presidente da Câmara, não pode interpelar os Deputados porque eles nem sequer podem responder, tem regras e lamento imenso. -----

**---FILOMENA ANTUNES (Freguesia de Fradelos)** – Dr. Jorge costa, só fala do que lhe convém, o senhor não pode estar aqui a favorecer-se a si próprio, não está cá para trabalhar, como por exemplo, o Centro de Saúde de Fradelos, a Lixeira, a REN não é propriedade de Famalicão, a REN é uma fuga aos impostos e que não é de Fradelos e tudo farei para ser de Vila do Conde se assim continuar, se não fizerem os outros faço eu. Lousado tem uma linha do comboio, mas também o comboio, Fradelos coitadinha sem transportes, nem um trilho, só tem caminhos de cabras e pedras, não goze os Filhos da terra, se não gosta de Fradelos as fronteiras estão abertas a toda a volta e tem a sorte do Rio Ave estar seco. O que entende o Deputado, Jorge Costa, pela palavra snobismo, o que faz o senhor quando passeia com os óculos escuros no seu descapotável. -----

**---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Minha Senhora, é que não pode mesmo, não pode, sabe o que é uma Lei, isto que aqui está é equivalente a uma lei, eu sou como um polícia e tenho que seguir aquilo que aqui está, às vezes posso passar umas multas, em sentido figurado. Portanto, se a Senhora não colocar questões ao Senhor Presidente da Câmara, eu vou ter de lhe pedir que se sente, e eu não queria nada fazer isso, por favor. Está aqui o Senhor Presidente da Câmara, aproveite a oportunidade, não é todos os dias e nem toda a gente o pode fazer, faça-me esse favor, dirija-se ao Senhor Presidente da Câmara e diga lá o que a preocupa. Minha Senhora tem que colocar questões. -----

**--- FILOMENA ANTUNES (Freguesia de Fradelos)** – É melhor falar na ligação Moinhos de Vento a Ribeirão, de Fradelos a Balasar pelo Sapugal, respeite os políticos, faça a mala e vá-se embora se não está contente com o trabalho que tem. -----

**---FRANCISCO CACHEIRA (UF Avidos e Lagoa)** – Começo por fazer aqui uma pequena introdução, se me der licença Senhor Presidente, para situar o tema que aqui me traz, e o tema que aqui me traz, é um bocadinho o sentimento de vergonha alheia. Eu há oito anos decidi vir morar para o Concelho de Famalicão, vim morar para uma Freguesia que na altura chamava-se Avidos, agora é Avidos e Lagoa, e sinceramente eu não sei em que Rua é que moro. Não sei em que Rua é que moro porque na entrada da via aonde moro, de um lado é Lagoa e do outro lado é Avidos, do lado esquerdo da via chama-se Rua Professor Fernando Carneiro, do outro lado é Avenida Fernando Carneiro Minho. A minha fatura da água tem duas moradas, o meu contador da água que está em baixo, é designado de Rua, a

caixa do correio que está em cima, é designado de Avenida. Para este efeito, eu reuni-me com o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Paulo Cunha (na altura) em 15 de fevereiro de 2017, participei na reunião de Câmara em 2020, expus a situação, tenho mandado emails, respondidos pelo Senhor Chefe de Gabinete do então Presidente de Câmara, Dr. Paulo Cunha, dizendo que o assunto estava a ser tratado, contrariamente aqui a um senhor Deputado como ouvi na primeira sessão, eu não tenho uma placa com o meu nome nem o nome da família. Mas gostaria de saber efetivamente, em que Rua é que eu moro? Porque as Finanças, o Banco, os CTT, a Câmara Municipal e as várias entidades dizem que eu tenho moradas distintas. Preciso de saber, para efeitos legais, aonde é que a minha casa se situa? Seria a pergunta que eu faria aqui ao Executivo Municipal, na pessoa obviamente, do Senhor Presidente de Câmara e agradecia que fosse respondido. Feita esta pequena introdução, faço aqui uma pequena observação, quando eu fui morar para aquela rua, a rua não tinha águas pluviais, a rua não tinha recolha de lixo, embora o camião do lixo passasse lá diariamente, a rua tinha baías de estacionamento que foram desafetadas do domínio privado, porque foram exigidas para a construção das quatro casas que desafetassem o espaço para criar baías de estacionamento, assim aconteceu. Tinha lá um terreiro, chamemos-lhe assim, um espaço que era utilizado frequentemente para estacionamento, o que acontece é que agora, felizmente, felizmente foram feitos passeios, felizmente foram feitas infraestruturas, felizmente foram resolvidos os problemas do lixo, portanto isso também tenho que reconhecer. Aquilo que eu quero Senhor Presidente e peço desculpa, mas vou ter que utilizar o termo, o que me choca e coloco à consideração dos Senhores Deputados, é que no troço da Rua onde eu moro, o início, e estamos a falar de cerca de 70 metros de sentido único, frequentemente e coloco aqui a pergunta aos Senhores Deputados, o que é que achariam se tivessem duas crianças, e naquele espaço residem oito crianças, vão à sua cozinha e olham para o exterior e vêem adultos a urinar na via pública, é frequente, não vou dizer que é diariamente porque estaria a exagerar, mas é frequente. Se eu vos dissesse que é frequente, eu tentar sair na EN 204 e entrar no arruamento, tal como já fiz questão, de enviar emails para a Câmara Municipal, e peço desculpa Senhor Presidente a esses emails não tenho obtido resposta, portanto eles estão devidamente registados e posso reencaminhá-los, mas não tenho obtido resposta, o que é que achariam se frequentemente, se

os senhores se vissem confrontados com carros que vêm em sentido contrário? Pois bem, isso acontece, aliás, aconteceu com um Membro desta Assembleia, um Deputado desta Assembleia, que contrariamente àquilo que a Lei estipula, desobedeceu a dois sinais de trânsito para circular em contramão, que se sentiu na obrigação de me interpelar quando eu tinha duas crianças no meu carro e fazer sei lá o quê, quando a pessoa saiu do seu carro eu senti um bafo a álcool, não sabia se estava ébrio ou não, mas senti o bafo a álcool. Portanto, Senhor Presidente, era esta a exceção que eu queria pedir para reforçar. O que é que estou a pedir aqui, o estacionamento está a ser utilizado de forma indevida e há bastantes apelos à GNR para que esta intervenha no local, a GNR diz que a responsável é a Polícia Municipal, a Polícia Municipal diz que a responsável é a GNR, e aquilo que acontece com frequência e que ninguém vai lá parar, eu não consigo entrar em casa porque tenho frequentemente a Rua fechada, estão lá camiões parados a descarregar pedaços de não sei o quê para um dos estabelecimentos, tal com está o senhor Presidente de Junta de Avidos e Lagoa, tal como disse na última Assembleia de Freguesia e onde isto foi discutido, e que confirmará ou não aquilo que eu estou aqui a dizer. Desde que abriu um segundo estabelecimento que levantou infraestruturas, que levantou um telheiro, que levantou muros, colocou fornos, colocou grelhadores, aumentou o espaço e faz aquilo armazém e o sossego tem terminado naquela via. Portanto, o apelo que eu lanço à Câmara Municipal, Senhor Presidente, vou a olhá-lo nos olhos e estou a fazer-lhe um pedido encarecido, há uma forma muito simples de resolver isto, que é colocar uma faixa amarela do lado esquerdo da via no sentido obrigatório, e colocar delimitadores junto ao passeio que impeçam que as carrinhas estacionem. Porque se algum dia eu tiver um acidente, ficar com a minha Família mutilada porque não consegui entrar na via, certamente ninguém ficará de bom grado. Senhor Presidente, Senhores Membros da Assembleia, eu peço desculpa porque estou exaltado, mas o que faço aqui é um apelo, tenho fotografias, tenho vídeos. E lanço aqui um final apelo para terminar, Senhor Presidente da Assembleia se me permitir vou exceder o tempo em trinta segundos, é lamentável a meu ver, carros da Autarquia, veículos que não estão em serviço, a estacionarem em frente às garagens daquelas quatro casas, a estacionar nos passeios. Eu não vou afirmar, mas quero deixar aqui apenas como um cenário hipotético porque não quero identificar nenhum funcionário da Câmara Municipal, mas imaginem o que é ter um veículo

da Câmara Municipal parado em frente a uma casa e quando o veículo sai, está uma poça no local onde o funcionário entrou para conduzir o seu veículo, é lamentável. -----

**---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Muito obrigado ao Munícipe, todos nós temos imenso gosto e achamos importante que os Munícipes se dirijam à Assembleia Municipal, só mostram a importância do Órgão e nós temos muito interesse nessa participação, e é nestes termos que faz sentido que intervenham, obviamente expondo os assuntos, esperando da Autarquia uma resposta, é para isso que este tempo regimental existe.-----

**---JOSÉ CARVALHO (UF Famalicão e Calendário)** – Eu fiz parte da marcha LGBT, penso que não há aqui ninguém que levante alguma questão sobre isso e por isso, fica já este esclarecimento.-----

- Senhor Presidente da Câmara, no dia 29 de setembro, em reunião de Câmara, foi a votação um pedido de Declaração de Relevante Interesse Público Municipal para a instalação de um parque fotovoltaico, feito por uma empresa de Pedome.-----

Segundo informação disponibilizada, existe uma avaliação de impacte ambiental prévia, em que a empresa planeava para 2019 a instalação de painéis fotovoltaicos e sistema cogeração;

- Destaco que o pedido da empresa entrou na Câmara Municipal a 17/2/2022 para declaração de interesse público e posterior instalação do parque fotovoltaico. -----

- Parque este que ocupa 87.6% de zona de Espaço Agrícola e Reserva Agrícola Nacional (RAN). -----

Convém lembrar que a RAN, foi concebida como um instrumento de consagração da importância do solo agrícola como valor patrimonial que a todos interessa e é pertença da comunidade ao longo das gerações.-----

- E isso sim! É interesse público. -----

- É referido que a importância social local que a empresa representa é através dos seus 117 postos de trabalho diretos.-----

- Contudo, o argumento é no mínimo falível, senão vejamos: - Uma empresa que em 2017 empregava 125 trabalhadores, estimava até 2019 ter 147; mas, no momento do pedido só tinha 117 trabalhadores. Assim, fica por explicar o porquê desta redução, ao invés do expectável aumento dos postos de trabalho. -----

Mais, é o próprio pedido que afirma, que a instalação dos painéis fotovoltaicos, encontrava-se a coberto de um Estudo de Impacte Ambiental aprovado em 2018, ainda que não na localização agora proposta. Agora pergunto, mas não deveria o Estudo de Impacte Ambiental dizer respeito ao local exato da instalação? Ou, será que também vale para a parcela do lado?-----

A transição energética, não pode acontecer às custas do sacrifício da nossa capacidade de produção agrícola, atendendo, inclusive, à questão da soberania alimentar, sendo sabido que os custos e o acesso à alimentação têm um impacto direto no rendimento e na qualidade de vida das faixas mais desfavorecidas da população. E por outro lado, no fundo, o solo é um capital fundamental para a nossa biodiversidade, não podemos esquecer a necessidade de proteger o nosso solo como base da nossa biodiversidade. -----

- Assim, deixo algumas perguntas:-----

1. A empresa apresentou algum estudo de impacte ambiental para a proposta da nova localização?-----

2. Que alternativas foram apresentadas para a instalação dos painéis?-----

3. A quem pertence o parque fotovoltaico paralelo ao edifício da empresa em questão? -----

- Eu vou recapitular a informação à Câmara, o pedido deu entrada no dia 17/2, entretanto, isto foi para Declaração de Interesse Público Municipal há quinze dias, e quem passa na autoestrada olha para o lado e vê qualquer coisa parecida com uma instalação de painéis fotovoltaicos. -----

4. Pressupondo que o mesmo pertence à empresa, poder-se-á assumir que a maioria desta Câmara Municipal votou favoravelmente uma ilegalidade?-----

---**SANDRA PIMENTA** - O meu pedido de esclarecimentos prende-se com os regulamentos que foram aprovados em reunião da Câmara, a semana passada, nomeadamente o do CROA e do cheque veterinário.-----

- Primeiro - Evitando desde já que o Senhor Presidente da Câmara gaste tempo a falar da equipa de resgate animal, anunciada esta semana, e que é muito bem-vinda, contudo trata de emergências, ou seja, resolve o problema no fim da linha e não sabemos em que condições, e, portanto, não resolve aquilo que estes regulamentos deveriam resolver, que é a raiz dos problemas. E portanto, fazer bandeira na comunicação social de uma suposta preocupação

com o bem-estar animal é muito bonito mas depois percebe-se as verdadeiras intenções, quando se aprovam os regulamentos, em que ora se facilita a realização de eutanásias, ou não se prevê ações de controlo e fiscalização das condições dos adotantes, portanto um animal pode sair de uma jaula e ir para um cadeado que é igual, é declinada qualquer responsabilidade nos casos que resulte na morte de um animal dentro das instalações, e poderia continuar aqui toda a noite a falar de cada um dos artigos. -----

- Segundo - Depois, em relação ao regulamento para atribuição do cheque veterinário, se calhar porque a preocupação com as famílias mais carenciadas que detenham animais não suscita interesse, porque se calhar não dá votos, porque o preconceito de que quem é pobre não pode ter animais, ainda existe, ignorando-se a relação afetiva e emocional, que muitas vezes é a razão para que a pessoa sinta algum alento para continuar a sua vida, e por isso temos um regulamento completamente desfasado da realidade das famílias famalicenses, quer a nível económico, quer a nível de acesso às plataformas, desconsiderando o papel fundamental que as juntas de freguesia podem fazer nesta área. -----

- Terceiro - Perceber que não existiu uma só pessoa que se tenha interessado em perguntar, pesquisar sobre linguagem inclusiva e não discriminatória é muito grave. Para quem não teve oportunidade de ler os regulamentos, um deles diz o seguinte: “existem Wcs para feminino, masculino e deficientes”, quando o que devia dizer era WC adaptado, que “o CROA se encontra disponível para realizar atividades com deficientes” quando o que deveria dizer era “atividades com pessoas com deficiência”. -----

E quando, na altura da discussão pública, os serviços foram alertados para que este erro gravíssimo fosse corrigido, e perceber que não foi, só demonstra uma falta de sensibilidade grosseira. Nós não temos a obrigação de saber tudo, mas temos a obrigação de questionar sobre o que não sabemos, e principalmente não nos considerarmos senhores da verdade. Aliás, quem assim se considera fica preso num mundo ilusório e bizarro que impede a evolução civilizacional, o respeito, a inclusão e o conhecimento. -----

- Assim, Senhor Presidente da Câmara, quando ainda a semana passada se apresentou um Plano para a Igualdade e Não Discriminação: -----

- Quem são os deficientes? -----

- Onde está a linguagem inclusiva nestes regulamentos? -----

- Quantos contributos de alteração recebeu a Câmara Municipal durante a consulta pública?
- Onde se pode consultar a fundamentação que levou à rejeição de todas as alterações propostas no caso do CROA e do cheque veterinário? -----
- Qual a base que esteve nos critérios para a distribuição das percentagens de ajuda entre escalões no cheque veterinário? -----

E como não terei oportunidade de me dirigir a esta Assembleia em momento anterior à votação destes regulamentos nesta sede, aliás além deste impedimento regimental, a semana passada foi mais um exemplo da necessidade de alteração do regimento, permitindo que o público se pronuncie no início da sessão, assim como acontece em Braga, venho solicitar que rejeitem os regulamentos, que solicitem acesso às propostas enviadas, que corrijam as falhas, que não compactuem com erros atentatórios à dignidade da pessoa humana, reduzindo a pessoa à sua deficiência, não compactuem com a possibilidade de abater um animal por que é mais fácil isso do que trabalhar a sua integração, e não compactuem com a falta de apoios sociais às famílias mais desfavorecidas.-----

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Relativamente à primeira intervenção, D<sup>a</sup> Filomena, como aqui foi dito pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, eu realmente aqui não mando nada, é verdade. Mas dizer-lhe que relativamente a Fradelos, só uma apreciação rápida apesar de não ter feito nenhuma pergunta em concreto. Nós estamos a desenvolver muitos esforços, por forma, a que Fradelos no que respeita aos transportes, quero eu dizer, aquilo que é competência da Câmara Municipal já que somos autoridade de transportes há pouco tempo no âmbito do novo concurso público de transportes que já abrimos, obviamente, que vamos ter mais transportes não só para Fradelos, mas para todo o Concelho de Famalicão. -----

**---**Relativamente à intervenção do Senhor Francisco Cacheira, na questão colocada sobre a Rua que fala, obviamente, que eu vou verificar junto da comissão de toponímia, desde logo há quantos anos estes topónimos existem nessa Rua, não sei se muito se pouco, mas presumo que já seja há muitos anos, vou falar também com o Senhor Presidente de Junta, porque também se trata de uma via vicinal tanto quanto me apercebi. Depois no que respeita ao estacionamento de carros da Câmara Municipal, nós vamos verificar quem foram, nós temos sistemas para controlar tudo o que se passa com os veículos da Câmara Municipal,

portanto, nós iremos verificar quais foram os carros e os seus motoristas que estacionaram em frente de garagens nessa Rua, tal como estamos a verificar também outras situações semelhantes, felizmente que muito poucas, mas vão existindo aqui ou acolá. Quanto à faixa amarela, também vou falar com o nosso departamento de trânsito para perceber sob o ponto de vista das regras rodoviárias se é possível. Em relação ao estacionamento que falou de outros carros, como sabe a competência é da GNR, percebi que já fez algumas queixas a este propósito, não percebi se a GNR tem atuado ou atuado acerca desta matéria, mas vamos tentar encontrar soluções por um lado e mais explicações sobre isto que aqui foi referido. ---  
---Relativamente à intervenção do Senhor José Carvalho, como é sabido a transição energética tem que ser uma realidade nos Países, é fácil de perceber que nós temos de evoluir e evoluir rapidamente, quem o diz é a União Europeia, quem o diz são os vários Governos dos vários Países inclusive o de Portugal também. É por largo consenso que nós temos de promover esta transição, como é sabido, a Câmara Municipal também vai fazê-la e desde logo nas escolas, anunciei isso há pouco tempo, vamos começar rapidamente a autonomizar as escolas para que elas também tenham energia por via do fotovoltaico, e as empresas também têm que dar passos nesse sentido. Agora, obviamente, que não pode ser em qualquer local, também é verdade, e este tempo que porventura aqui refere da entrada do processo e depois a decisão de evoluir desse mesmo processo, tem a ver com a ampla reflexão que fazemos a vários departamentos, nomeadamente, o departamento do Ambiente e o departamento do Urbanismo por forma a que nós saibamos que estamos a fazer bem e, portanto, aqui tal como noutros casos e este é apenas um caso de muitos casos estão a solicitar por razões que são óbvias de todos nós, esta transição energética tem que evoluir por um lado e por outro lado, as empresas também têm que criar autonomia energética porque elas podem fechar por causa disso, portanto, também não podemos permitir como disse há pouco a qualquer preço, isso não. Este terreno, tanto quanto eu me lembro é um terreno contíguo a esta mesma empresa, é um terreno que não tinha qualquer tipo de uso tanto quanto me disseram também, apesar de não ser eu diretamente que decido é óbvio, há pareceres técnicos diversos, o Presidente da Câmara apenas tem também tem uma opinião, mas quando os pareceres técnicos são todos positivos obviamente, que não sou eu que vou dizer nesta matéria que não pode ser. Tenho opinião e obviamente que me faço ouvir, é um

terreno que estava completamente desocupado, está em RAN é certo como estarão outros com certeza, portanto, nós vamos de alguma forma querer as duas coisas, queremos a transição energética e por via do fotovoltaico, como sabe é o caminho, e por outro lado, queremos nos sítios certos, é na combinação destes dois fatores que vamos evoluir. -----

---Relativamente à intervenção da D<sup>a</sup> Sandra Pimenta, esta custou mais ouvir, devo confessar isso, porque falou do CROA e do cheque veterinário que foram elogiados pelo Governo da República Portuguesa, pela Ordem dos Veterinários, pela Direção Geral de Veterinária, os nossos trabalhadores que ali estão muito competentes, têm ido a vários programas de televisão de canais abertos portugueses e, portanto, isto é claramente uma grande evidência da competência, da grande qualidade que o nosso CROA apresenta. O cheque veterinário é exatamente direcionado e dedicado para famílias carenciadas, não percebi aqui o propósito da questão, aliás, acho que foi aumentado, foi incrementado o valor disponível para famílias carenciadas por via do cheque veterinário, portanto aqui não entendi bem a sua questão, mas a realidade é esta que aqui acabei de uma forma muito resumida descrever. Depois falou aqui de pessoas com deficiência, vou ver, não tenho em memória, obviamente que nós já demos provas não só com este plano, lembro do desporto adaptado que é talvez o único Município de Portugal que tem desporto adaptado para pessoas que apresentam handicaps diversos. Ainda agora foi aprovada uma proposta para os transportes com deficiência e temos outras propostas muito direcionadas às pessoas com deficiência. Noutro dia fui visitar a APPACDM a convite dessa mesma entidade, que me disse que aquela instituição é das melhores de Portugal também. Portanto, veio aqui fazer notar a sua opinião, o seu sentimento relativamente a esta matéria, está aqui vertida e está assimilada por mim também, é cá está a resposta respetiva. -----

E nada mais havendo a tratar, foi dada a reunião como encerrada há uma hora do dia seguinte.-----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** -----

-----**O SECRETÁRIO**-----

